

Vampiros, Jihadistas e Violência Estrutural em Moçambique

Reflexões sobre Manifestações Violentas de Descontentamento Local e as suas Implicações para a Construção da Paz

Bernhard Weimer

Cadernos IESE N.º 19P

“Cadernos IESE”

Edição do Conselho Científico do IESE

A Coleção “Cadernos IESE” publica artigos de investigadores permanentes e associados do IESE no quadro geral dos projectos de investigação do Instituto.

Esta colecção substitui as anteriores Colecções de Working Papers e Discussion Papers do IESE, que foram descontinuadas a partir de 2010.

As opiniões expressas através dos artigos publicados nesta Coleção são da responsabilidade dos seus autores e não reflectem nenhuma posição formal e institucional do IESE sobre os temas tratados.

Os Cadernos IESE podem ser descarregados gratuitamente em versão electrónica a partir do endereço www.iese.ac.mz.

Vampiros, Jihadistas e Violência Estrutural em Moçambique

Reflexões sobre Manifestações Violentas de Descontentamento Local e as suas Implicações para a Construção da Paz

Bernhard Weimer

Cadernos IESE nº19/2020

Bernhard Weimer: Doutor em Ciência Política pela Universidade Livre de Munique e mestre em Economia pela Universidade de Berlim. O autor é um cientista social aposentado, que trabalhou como analista de políticas, consultor de desenvolvimento, gestor de projectos e professor universitário em Moçambique, no Botsuana e na Alemanha, entre outras actividades. O seu mais recente livro sobre a *Economia Política da Descentralização em Moçambique*, escrito em conjunto com João Carrilho, foi publicado em 2017.

Novembro de 2020

Agradecimentos

A pesquisa na origem deste relatório não teria sido possível sem a colaboração e o contributo de muitas pessoas, mulheres e homens, colegas e amigos em Moçambique e além, aos quais o autor agradece profundamente. Contudo, a pesquisa resulta de uma iniciativa própria e independente do autor, sem qualquer vínculo ou financiamento institucional. O autor agradece profundamente aos Senhores Directores do IESE e do MASC por ter aceita o manuscrito para publicação .

Título: **Vampiros, Jihadistas e Violência Estrutural em Moçambique:
Reflexões sobre Manifestações Violentas de Descontentamento Local
e as suas Implicações para a Construção da Paz**

Autor: Bernhard Weimer

Copyright © IESE, 2020

Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE)

Av. do Zimbabwe 1214

Maputo, Moçambique

Telefone: + 258 21486043 | Fax: + 258 21485973

Email: iese@iese.ac.mz

Website: www.iese.ac.mz

Proibida a reprodução total ou parcial desta publicação para fins comerciais.

Graphic Execution: Fundação MASC & IESE

Exemplares: 300 copias

ISBN: 978-989-8464-46-0

Número de Registo: 10244/RLINICC/2020

Siglas e acrónimos

AGP	Acordo Geral de Paz de Roma
ANPI	Avaliação Nacional de Políticas e Instituições
CISLAMO	Conselho Islâmico de Moçambique
Frelimo	Frente de Libertação de Moçambique
GF	Guarda Fronteira
GFP	Gestão das Finanças Públicas
GNL	Gás Natural Liquefeito
IESE	Instituto de Estudos Sociais e Económicos
IFLOMA	Indústria Florestal de Manica
MASC	Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil
OAL	Ordem de Acesso Limitado
ONG	Organização Não Governamental
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Renamo	Resistência Nacional de Moçambique
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UIR	Unidade de Intervenção Rápida

Resumo

Este ensaio, escrito em Março de 2018, procura explicar, numa perspectiva histórica, ataques violentos recentemente perpetrados contra instituições locais e representantes do Estado moçambicano. São usados estudos de caso de três províncias moçambicanas, aos quais se acrescentam casos históricos de ataques armados com padrões e alvos semelhantes. Com base em investigação documental, entrevistas e análise da literatura de Antropologia e Economia Política, são identificadas três causas principais dos conflitos locais – todos eles com os seus contextos e narrativas específicos: em primeiro lugar, a economia política com raízes históricas, dominada pela Frelimo, lida com o descontentamento e a divergência de forma autoritária e muitas vezes violenta, ou, nas palavras do antropólogo Bjørn Bertelsen, com «guerra como governação»; Em segundo lugar, a Ordem de Acesso Limitado firmemente estabelecida em Moçambique produz a exclusão socioeconómica de intervenientes e interesses sociais, económicos e políticos locais, nomeadamente quando se relaciona com extracção de recursos naturais; e um terceiro factor é uma perspectiva de que «não há futuro» da juventude moçambicana, a maioria demográfica. Presa numa *idade da espera* (*waithood*, Alcinda Honwana), esta juventude está alienada das suas comunidades e culturas locais, mas não foi absorvida pela sociedade e pela economia. Isso torna os jovens do sexo masculino vulneráveis a influências globais e às promessas dos seus pares, às vezes relacionados com redes de pensamento religioso radical e de criminalidade. O ensaio analisa também a medida em que a parte nordeste de Moçambique, com os seus enormes investimentos numa indústria de Gás Natural Liquefeito (GNL), é vulnerável à influência do islamismo militante. O estudo termina com sugestões para enfrentar os conflitos locais, que surgem numa altura em que a «guerra» de longa data entre o Governo da Frelimo e a Renamo está a ser negociada visando um acordo político.

Palavras-chave:

Moçambique, governação local, conflitos, exclusão socioeconómica, juventude, Islão, construção da paz

Bernhard Weimer

b.leloba1@gmail.com

O autor é um cientista social aposentado, que trabalhou como analista de políticas, consultor de desenvolvimento, gestor de projectos e professor universitário em Moçambique, no Botsuana e na Alemanha, entre outras actividades. O seu mais recente livro sobre a *Economia Política da Descentralização em Moçambique*, escrito em conjunto com João Carrilho, foi publicado em 2017.

Prefácio

Pouco depois de ter iniciado a leitura deste texto pela primeira vez, fixou-se-me na mente uma ideia insistente: «Este texto é muito importante e deve ser publicado quanto antes!» Havia (e há!) muitas razões para o meu tão grande entusiasmo relativamente a ele, mas uma razão que, talvez, prevaleça sobre as outras é a seguinte: é uma das poucas tentativas sistemáticas que vi de apresentar uma análise e exemplificação compostas do que se poderia chamar «a política do descontentamento» em Moçambique. Os analistas caem com demasiada frequência, penso eu, numa ou mais das três armadilhas seguintes, quando abordam a complexidade das dinâmicas política, sociocultural e histórica moçambicanas:

Em primeiro lugar, os analistas tendem a refugiar-se na miopia do local e abster-se, assim, de fazer afirmações ou apresentar postulados mais abrangentes e reconhecidamente mais gerais. Apesar da pretensão à comparação e da metodologia para tal, trata-se de um pecado em que, devo admitir, eu e meus colegas antropólogos incorremos frequentemente.

Em segundo lugar, os analistas também costumam basear-se em discursos oficiais, centrados no Estado ou em políticas (dessa forma aceitando e, de facto, fortalecendo esses discursos). O problema com estes discursos é que, além de criarem uma forma de para-realidade de modelos analíticos sempre definidos à partida, muitas vezes também produzem ou reproduzem modos de pensamento dicotómicos. Esses esquemas binários, que muitas vezes servem de marcadores epistemológicos estáticos, são geralmente inúteis quando se abordam problemas complexos, simplificando-se, como muitas vezes o fazem, em «Renamo versus Frelimo» ou «terroristas versus o governo/o povo».

Por último, os analistas não conseguem por vezes resistir ao desejo profundo de categorizar e, de certa forma, neutralizar assim eventos ou ocorrências – sugando-lhes a essência vital, de uma forma semelhante ao que faz o chupa-sangue. Desta forma, instâncias de violência complexas e multissémicas, levantamentos indisciplinados e abertos, horrendos assassinatos nocturnos ou formas evasivas e ambíguas de sabotagem – exemplos de enorme riqueza e potencial empíricos, históricos e etnográficos – são antes descritas com termos simplificadores e genéricos, como «resistência» ou «efeitos da marginalização». Este truque de prestidigitação analítica, se assim se pode dizer, impede, pois, inutilmente, a possibilidade de explorar as motivações, as dinâmicas, as mundovisões locais, percursos históricos específicos, etc., que impulsionam esses eventos e instâncias. que poderiam ter criado pensamento novo e novas perspectivas, e ter aberto novos horizontes analíticos.

Este texto é uma excepção exemplar a tais armadilhas e há que elogiar Bernhard Weimer por não se ter deixado apanhar nelas. Em vez disso, com base numa selecção de estudos de caso

refrescantemente variada, escapa às armadilhas, sobretudo apresentando argumentos por vezes abrangentes e por vezes lúdicos e especulativos (mas sempre muito bem informados e intrigantes) sobre causalidades, processos e, corajosamente, potenciais remédios. Assim, este texto não só merece, na minha opinião, ser divulgado em círculos diplomáticos e outros círculos restritos, como constitui também uma análise que precisa de um público muito mais amplo – em suma: precisa de ser publicado. Além disso, vejo também o manuscrito como uma versão inicial – uma versão piloto, poder-se-ia dizer – do que pode vir a ser um livro tremendamente importante e original sobre a história e as presenças políticas moçambicanas, num leque de perspectivas grandemente variadas, fora da elite e fora de Maputo.

Professor Bjørn Enge Bertelsen

Departamento de Antropologia

Universidade de Bergen, Noruega

<http://www.uib.no/persons/Bjorn.Bertelsen>

1. Introdução e contexto¹

A 5 de Outubro de 2017, Moçambique acordou com a notícia de um «ataque islâmico» à polícia e à administração de Mocímboa da Praia, repellido pela polícia e as suas forças especiais de intervenção. Calcula-se que, nos ataques, tenham sido mortas cerca de 20 pessoas, incluindo dois agentes da polícia. Isto aconteceu menos de três dias após o encerramento do 11º Congresso do partido Frelimo, realizado na Matola. O Congresso reconfirmou Nyusi como presidente do partido Frelimo e propôs a sua candidatura às eleições presidenciais que se realizarão em Outubro de 2019. O congresso deu também a sua aprovação ao esforço do presidente de negociação de um acordo de paz e de um acordo político com a Renamo e o seu líder, Afonso Dhlakama. Com uma abordagem da construção da paz diferente da do seu antecessor, Guebuza, Nyusi chegou ao ponto de fazer uma visita a Dhlakama no acampamento militar deste último na serra da Gorongosa, a 6 de Agosto de 2017. A 7 de Fevereiro de 2018, Nyusi apresentou uma proposta ambiciosa de uma reforma constitucional relativamente a descentralização e a democratização como elemento de construção da paz, ainda por discutir e aprovar na Assembleia da República. Esta proposta prevê mais autonomia e legitimidade democrática para províncias e distritos e reafirma o princípio de um Estado unitário. Os chefes dos governos provinciais e distritais, bem como os presidentes dos conselhos municipais, serão, no futuro, escolhidos pelas maiorias políticas das respectivas assembleias multipartidárias e, com base nisso, nomeados pelo presidente. Esta abordagem da partilha do poder afasta-se claramente da regra anterior segundo a qual «quem ganha, ganha tudo». Reforçará, porém, a liderança dos dois partidos na política local, em detrimento de outros partidos, e da eleição directa de governadores, presidentes dos municípios e administradores distritais.

Este resultado reforçará, sem dúvida, o processo de descentralização e democratização subnacional e aumentará a legitimidade democrática dos governos eleitos localmente e será, portanto, um importante elemento de base num país cultural e economicamente muito diversificado. Haverá que ver, porém, se isso poderá resolver novos conflitos locais violentos que foram manchetes dos jornais, sobretudo desde os ataques de Mocímboa da Praia. Estes ataques foram atribuídos a um grupo islâmico localmente chamado *Al-Shabaab* (Wikipedia, 2020)². Os ataques alastraram, dias depois, ao distrito adjacente de Palma, o

¹ A redacção final deste texto foi realizada nos finais de Maio de 2018. Tenho uma dívida especial para com o professor Bjørn Bertelsen, da Universidade de Bergen, na Noruega; Bettina Holzhausen, Ópera de Zurique, Suíça; Nícia Givá, Universidade Eduardo Mondlane, e Libby Lunstrum, Universidade de Iorque; e vários amigos e colegas que preferem manter o anonimato. A minha gratidão vai também para Lars Ekman, da Embaixada da Noruega em Maputo, e para Teresa Weimer, da Universidade de Sheffield, pela edição e revisão de texto original em inglês. Agradeço profundamente a Vitor Santos Lindegaard pela tradução para o português.

² O significado geral das palavras árabes *al shaabab* é «a juventude». Mais especificamente, a expressão é usada para designar um grupo militante islâmico sediado na Somália alinhado com a Al-Qaeda, bem como para clubes de futebol

centro dos principais projectos, terrestres e marítimos, de exploração de gás natural do país, e daí para o distrito vizinho de Nangade.

Parece ter havido nessas zonas uma «guerra de pouca intensidade», entre, por um lado, o que parecem ser «rebeldes», rudimentarmente organizados e armados, de tendência islamista, principalmente cidadãos moçambicanos e alguns estrangeiros, por outro, e as forças de segurança, particularmente o Grupo de Operações Especiais (GOE) e a Unidade de Intervenção Rápida (UIR). Foi noticiado que o comandante de reconhecimento da UIR foi assassinado pelos rebeldes a 17 de Dezembro de 2017, numa emboscada. Nessa altura, particularmente nas aldeias de Mitumbate e Macolo, no distrito de Mocímboa da Praia, houve até 10.000 habitantes a abandonar as suas casas, dizendo que estavam «a fugir da guerra» (Savana, 2017a). Os relatos noticiosos sugerem que as forças de segurança consideraram que as aldeias de Mitumbate e Macolo, situadas na área, são «bases islâmicas» – e estas foram, por conseguinte, atacadas por helicópteros do Exército e bombardeadas por um navio da Marinha moçambicana (Hanlon, 2018). A confirmar-se isto, está-se perante uma clara escalada dos meios de guerra. Foi assinado um acordo de cooperação policial pelos inspectores-gerais da polícia da Tanzânia e de Moçambique, no dia 16 de Janeiro de 2018 (Tanzania Daily News, 2018), no dia a seguir ao ataque das forças rebeldes ao Distrito de Nangade. Calcula-se que o número de mortes ou feridos seja de cerca de 30 pessoas, incluindo polícias. Mais de 500 pessoas foram detidas desde meados de Outubro de 2017, muitas destas sido libertadas até ao momento da redacção do presente texto. Houve informação de que 24 jovens que viajavam de autocarro de Nacala para Cabo Delgado para se juntar aos «jihadistas» em Mocímboa da Praia foram impedidos pela polícia de prosseguir a sua viagem para norte (Hanlon, 2018a).

Tem-se especulado muito sobre a origem, a identidade e as reais intenções dos atacantes, que se diz terem sido 30 homens armados com armas diversas, incluindo armas de fogo e uma metralhadora. Enquanto alguns observadores internacionais preferem interpretar os ataques de Mocímboa como resultado de uma «extensão» de jihadistas islâmicos, sediados mais a norte na costa africana do Oceano Índico (Tanzânia, Quénia, Somália), outros, incluindo o líder da Renamo, atribuíram os ataques a detractores do processo de paz moçambicanos, visando enfraquecer o presidente Nyusi e os seus projectos de paz e reforma. Outros ainda, entre os quais o porta-voz da Polícia moçambicana e Alex Vines, do Instituto Britânico de Assuntos Internacionais (Chatham House), sugeriram que os ataques não estão ligados a nenhuma «ofensiva» islâmica de fora de Moçambique, mas tiveram antes origens e motivos internos, apontando para jovens desprotegidos e «problemas locais» não

de várias cidades de diversos países árabes.

especificados. Na mesma linha de pensamento, estudiosos da história moçambicana como Yusuf Adam, da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e Eric Morier-Genoud (2017), alertaram para o risco de interpretações simplistas e precipitadas dos acontecimentos como sendo acções organizadas exclusivamente a partir do estrangeiro. O ministro do Interior moçambicano é da opinião de que «ainda não há provas suficientes para considerar os ataques terrorismo, mas que continuam a ser, por enquanto, de natureza criminosa», sublinhando a necessidade de «cautela e silêncio» para ajudar ao êxito das forças de defesa e segurança nas suas acções destinadas a «neutralizar o grupo» que pratica «acções criminosas» (Club of Mozambique, 2018a).

Na sequência da violência no norte de Cabo Delgado, foram noticiados outros ataques realizados por desconhecidos, também a estações de polícia e instituições (locais) do Estado. Esses ataques deram-se nas províncias de Niassa e Zambézia, no noroeste e no centro do país, e na província de Gaza, no sul. Embora os alvos dos ataques tenham sido os mesmos que no caso de Mocímboa, houve, para cada caso, uma narrativa diferente. Enquanto os ataques na Zambézia, nomeadamente na sede do distrito do Gilé, tinham como alvo «vampiros sugadores de sangue», os ataques às esquadras da polícia em Mandimba (província do Niassa) e Zonguene (Província de Gaza) teriam sido motivados pelo descontentamento das populações locais com a corrupção e a repressão policiais (Agência de Informação de Moçambique, 2018).

A minha análise destes casos baseia-se na literatura antropológica recente sobre violência em Moçambique e foi também estimulada por um debate sobre a violência política na conferência do 10º aniversário do IESE, realizada em Maputo em Setembro de 2017. Tendo centrado o meu próprio trabalho em descentralização, administração e finanças públicas (locais), e na economia política do país, a leitura do material antropológico foi uma revelação. Dei-me conta de que só estudos e teorias socioeconómicas e políticas, sem ter em conta as dimensões antropológicas, não seriam suficientes para explicar a história da violência e dos conflitos políticos em Moçambique. Parece que uma cultura e uma prática de violência passaram a fazer parte da política, dos acordos políticos e da construção da paz e, como o apontou Balthasar, da própria construção do Estado (Balthasar, 2017). Sob formas mais vigorosas ou «mais suaves», e com variação geográfica, a violência política dominou uma parte considerável da história pós-independência de Moçambique, com consequências desastrosas para a vida humana, o desenvolvimento socioeconómico e a estabilidade política e social. Um número desconhecido de pessoas perdeu a vida, sem que haja luto público nem que sejam recordados em feriados nacionais. Será que a violência, e os abusos dos direitos humanos e da justiça por investigar (Human Rights Watch, 2017), a sua memória, e o medo e desespero com ela associada se tornaram-se um elemento do

quotidiano, isto é, do estado de espírito de uma parte significativa da população? Será que, como sugere (Bertelsen, 2016), a violência contra o outro partido, grupo, classe social, etc., é de facto uma forma de governação?

Ao tentar responder a esta pergunta, defenderei que a reforma constitucional para a descentralização e um eventual acordo sobre a completa desmilitarização das forças residuais da Renamo, promovidas pelos protagonistas do actual processo de negociação da paz, o presidente Nyusi e o líder da Renamo, Dhlakama, serão uma condição importante e necessária para a mitigação da violência, para a construção do Estado e para a consolidação da paz em Moçambique, mas que não são, porém, uma condição suficiente. Embora a Renamo possa ser considerada a força armada mais importante e mais bem organizada que se opõe ao governo em Moçambique, tanto no parlamento como nos redutos regionais do partido, existem outros grupos militantes, históricos e contemporâneos, que contestam o governo e as suas políticas, e os resultados das mesmas, particularmente a nível local (secção 2). Mesmo no auge da Guerra Civil de 16 anos (1977-1992) e no principal teatro de guerra, a fortemente disputada Zambézia, na qual a Renamo controlava até 80% do território (Manjate, 2013:218), havia outros movimentos e grupos militarizados localizados, ou "forças militares auxiliares" (Jentzsch, 2017), alguns deles alinhados com o governo e a Renamo ou contestando ambos Bowen (2000), Chichava (2007), Jentzsch (2017), Manjate (2013) e Bertelsen (2017b). A «guerra principal» entre os principais contendores, o governo da Frelimo e a Renamo, não pôde ser ganha por nenhum dos lados, apesar de um grande esforço e da inovação estratégica de «unidade de esforço militar, económico, político e diplomático» por parte do Governo. O acordo político do Acordo Geral de Paz de Roma (AGP), de 4 de Outubro de 1992, foi o único meio viável para pôr termo a essa guerra (Manjate, 2013:22). O que pôs fim à Guerra Civil não foi, pois, uma vitória militar de um dos lados, mas sim um acordo de paz negociado em Roma por mediadores italianos e a Igreja Católica, assinado pelo então presidente moçambicano, Joaquim Chissano, e pelo líder da Renamo, Afonso Dhlakama. Isto significa que as causas subjacentes aos conflitos violentos, como a pobreza abjecta, a injustiça e a exclusão social e política, a percepção de convivência de funcionários em esquemas de corrupção e redes criminosas, etc., não foram completamente resolvidas e continuam a ser virulentas. Isso explicaria o ressurgimento, a partir de 2013, da contestação militar pela Renamo ao domínio da Frelimo, e não apenas no caso da Zambézia. Por outro lado, pode dizer-se que tanto o governo da Frelimo como a Renamo «monopolizaram» as políticas violentas e as negociações de paz, deixando por reconhecer outros actores e focos locais de contestações e antagonismos violentos e sem lidar com eles.

Balthasar (2017) sugere que a construção do Estado, que implica «padronização de regras»

– por exemplo, estabelecendo o monopólio da violência para as forças de segurança do Estado –, pode incluir meios violentos de lidar com dissidências e queixas, o que, por sua vez, pode comprometer a construção da paz. Na minha opinião, a «*violência estrutural*» (Galtung, 1969) por parte do Estado tem de ser considerada uma das causas do conflito. Segundo este autor, esta violência resulta da «padronização de regras» e é aplicada por uma economia política e uma administração capturadas pela elite política. Este tipo de violência institucionalmente organizada, juntamente com a exclusão rigorosa de outros do poder, produz um «*prejuízo evitável para as necessidades humanas fundamentais*» (Galtung, 1969). A exclusão veste aqui a capa de muitas ideologias e «ismos» (por exemplo, nacionalismo, socialismo, patriotismo, modernismo, elitismo, etnocentrismo, etc.). Assim, o impacto excludente da violência estrutural passou a fazer parte da economia política de Moçambique após a independência e não é facilmente apreendido nem coberto pelas dicotomias Frelimo Renamo/Estado rebeldes/ lei e ordem bandidos (Bertelsen, 2003; 2009; 2016; 2017). Segundo este autor, os «*devires violentos*», ou seja, «*violent becomings*»³ (Bertelsen, 2016) e as «*presenças violentas*» (Bertelsen, 2003) têm um ao mesmo tempo um fundamento material, estrutural e – importante – um fundamento imaterial ou oculto, e podem manifestar-se na interface entre «*tradição*» e o projecto modernizador de construção do Estado promovido pela Frelimo. Assim sendo, Bertelsen designa esse tipo de violência política como «*guerra pós independência*». Esta violência tem por motor o estabelecimento coercivo de um novo Estado e de uma nova ordem social pós-independência baseada nas práticas e lições da luta armada anticolonial, num processo de «*modernização autoritária*» (Cahen, 2017). Esta abordagem politicamente orientada inclui as tentativas da Frelimo e da Renamo de esbater a distinção entre militares e civis «através da execução de uma militância utópica da revolução, anticolonialismo e profunda transformação» (Bertelsen, 2017:4) por parte do partido no poder, e através da reivindicação do estatuto de «pais da democracia» por parte da Renamo. Em ambos os casos, os fins justificavam os meios militares. Esta abordagem também incluiu sempre, como condição necessária, uma dimensão internacional e internacionalista, quer sob a forma de apoio externo na Guerra Civil (por exemplo, Zimbabué e Tanzânia apoiando o governo da Frelimo e Rodésia e África do Sul apoiando a Renamo), quer por intermédio de investimento estrangeiro e orçamentos do Estado financiado pelos doadores e por crédito, quer ainda na negociação de um acordo de paz. Aquilo que Bertelsen refere como «*guerra pós-independência*», uma guerra abrangente, sem qualquer declaração formal de guerra, e em que participam muitos actores locais, nacionais e internacionais, foi também rotulada como «*proto-guerra*» (Morier-Genoud, 2017) ou «*guerra de baixa intensidade*» na obra de Wiegink (2014). O termo russo *smuta*, isto é, um «*distúrbio [geopolítico] de grandes proporções*» (militar, político, social, etc.), usado pelo sociólogo Der-

³ Será usado daqui em diante o termo *violent becomings*, difícil para traduzir para o português.

lugian, ex-conselheiro da missão militar soviética em Moçambique, diz bem a dimensão deste tipo de violência política e de guerra e as suas consequências (Derlugian, 1990).

O meu ponto de partida coincide com a observação de Bertelsen que sugere que «as longas trajectórias da violência – sedimentadas na memória e em práticas recorrentes/cíclicas – são fundamentais para a compreensão dos recentes acontecimentos de violência política em Cabo Delgado e noutros lugares»⁴. Também concordo com o antropólogo italiano Paolo Israel, autor de um estudo aprofundado sobre a cultura maconde (Israel, 2014) e sobre a «Guerra dos Leões» no distrito de Muidumbe, em Cabo Delgado (Israel, 2009), que rapazes marginalizados estão no cerne da rebelião, tendo sido «abandonados pelo governo» e pelas instituições do Estado. Alguns dos jovens na «idade da espera» (Honwana, 2005) por uma vida melhor e com mais significado podem estar a recorrer à linguagem da religião, da tradição e do oculto⁵ nas suas lutas; outros podem juntar-se a redes criminosas ou serem radicalizados por partidos políticos ou seitas religiosas. A sua «idade da espera», em combinação com a «desigualdade radical» (Lunstrum & Givá, 2018) e uma Ordem de Acesso Limitado (OAL) ao emprego, rendimento e à realização dessa juventude, pode tornar-se violência contra o Estado, especialmente quando se considera que este está envolvido numa descontrolada extracção de recursos para benefício privado, em detrimento do bem-estar social, económico e ecológico. Neste processo, os governos locais e os representantes de Estado e do partido dominante são cada vez mais considerados agentes e aliados de uma elite rica e onnipotente – nacional, mas que actua globalmente – ligada a interesses estrangeiros (doadores, instituições financeiras, investidores, etc.) e não aos interesses dos povos de Moçambique.

No capítulo seguinte, apresentarei e analisarei casos seleccionados de violência política contemporânea, aos quais se acrescentam casos históricos, para mostrar o que parecem ser padrões pertinente e estruturais de violência contra o Estado local, apesar de diferenças nas narrativas e nos contextos locais.

Na Secção 3, alarga-se o ângulo de reflexão, incluindo uma reflexão sobre Estado, violência e exclusão; e a situação e as perspectivas dos jovens enquanto parte da sociedade potencialmente vulnerável aos «*violent becomings*», bem como considerações sobre os elementos «*jihadistas*» dos recentes acontecimentos em Mocímboa da Praia.

⁴ Comunicação pessoal

⁵ Comunicação pessoal

A secção final é dedicada a conclusões — ainda preliminares — e sugestões de eixos de acção para mitigar o potencial da violência para além dos resultados do actual processo de paz que os moçambicanos e os parceiros internacionais aguardam com consideráveis expectativas.

2. Conflitos violentos locais – casos seleccionados

Nesta secção, são apresentados e brevemente analisados casos contemporâneos e alguns casos históricos de violência política. Começo com os recentes casos de Mocímboa da Praia, em Cabo Delgado, do Gilé, na Zambézia, e de Mandimba, na província de Niassa. São em seguida apresentados três casos históricos (Muidumbe e Montepuez, ambos em Cabo Delgado, e Msika, na província de Manica). A maioria das informações e dados utilizados vem de artigos de jornais, de algumas entrevistas com estudiosos e de material publicado, mormente nos casos históricos discutidos.

2.1. Casos contemporâneos

2.1.1. *Jihad em Mocímboa da Praia?*

Pode supor-se que os ataques armados no noroeste de Moçambique tiveram um certo grau de motivação religiosa e foram dirigidos contra áreas em que se assistirá a importantes investimentos e instalações da Indústria de GNL pertencente à Anadarko Petroleum Corporation, com sede nos EUA, e à empresa canadiana Wentworth Resources, sobretudo na zona de Ulumbi, no distrito de Palma. As empresas de exploração de gás devem montar em terra uma fábrica de liquefacção de gás natural em grande escala, na península de Afungi, no distrito de Palma, para a transformação do gás natural extraído da concessão marítima da Zona 1 de águas profundas da Bacia do Rovuma, do que a Anadarko é accionista maioritária⁶. Diz-se que esta empresa evacuou alguns de seus funcionários (Fabricius, 2017). Também parece inegável, que os ataques tinham alguma motivação de inspiração religiosa ligada ao islamismo radical, bem como ligações com a vizinha Tanzânia. Segundo líderes muçulmanos locais de Mocímboa da Praia, alguns dos jovens tinham frequentado uma madrassa local, associada a uma mesquita que se diz estar ligada a uma seita que não representa a prática muçulmana sunita local, mas está antes associada a correntes «estranheiras» de ensinamentos muçulmanos. Artigos da imprensa que citavam o comando geral

⁶ Anadarko é o operador da Offshore Area 1 Block, com 26.5 % da exploração. Os outros empreendedores seus associados são a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, E.P. (ENH) (15 %), Mitsui E&P Mozambique Area 1 Limited (20 %), Beas Rovuma Energy Mozambique Limited (10 %), BPRL Ventures Mozambique B.V. (10 %), ONGC Videsh Limited (10 %), e PTTEP Mozambique Area 1 Limited (8.5 %).

da polícia sugeriram que todos os atacantes eram falantes de português, muâni e/ou suaíli, línguas faladas em Mocímboa da Praia e na faixa costeira a norte, em direção ao distrito de Palma, na fronteira com a Tanzânia e do outro lado da mesma. Segundo as autoridades, alguns dos jovens «guerreiros», «bandidos» ou «insurgentes» detidos alegaram ter recebido dos organizadores do ataque quantias que vão até ao equivalente a 40 USD.

Quanto à origem das suas armas, há a suspeita de que os seus fornecedores possam ter sido membros da polícia militarizada da Guarda Fronteira (GF). Podem estar insatisfeitos por terem sido colocados numa zona remota, sem condições adequadas de serviço e de pronta substituição por novas tropas. A retirada de todos os soldados da GF da fronteira da Tanzânia e a sua transferência para outras províncias pode ser um indicador da veracidade dessa suspeita (Público, 2017). No geral, sabe-se, através dos relatos da comunicação social, etc., que as unidades armadas e a polícia ocasionalmente emprestam armas a criminosos mediante uma «taxa», para suplementar os seus rendimentos. Há também suspeitas de que as armas tenham sido trazidas por comerciantes através dos portos de Nacala (província de Nampula) e de Pemba e através da fronteira da Tanzânia⁷.

Numa perspectiva histórica, Mocímboa da Praia não é um lugar improvável para a eclosão de violência política – no caso presente, com uma óbvia dimensão religiosa. Não foi a primeira vez que a violência política surgiu neste município e distrito, que é, numa perspectiva sociológica, altamente segmentado e politicamente dividido. Por um lado, encontra-se a comunidade residente, na maioria muçulmanos falantes de muâni, tendendo politicamente para a Renamo, que se chamam a si próprios «donos da terra». Sendo comerciantes e navegadores ao longo da costa, a sua principal referência cultural e bússola religiosa é o antigo Sultanato de Zanzibar, e não Maputo nem Pemba, a capital nacional e a capital provincial, respectivamente. Por outro lado, foi-se instalando em Mocímboa, ao longo do tempo, uma comunidade cada vez maior de falantes de maconde, dos distritos adjacentes do interior (Mueda e Muidumbe), principalmente de orientação cristã, que representam uma parte da liderança e dos eleitores da Frelimo, e que foram adquirindo direitos formais de uso da terra plantando árvores de fruto. Na perspectiva dos donos da terra são considerados vientes, ou seja, «aqueles que vieram depois». A contestação da terra e dos recursos (e do acesso privilegiado aos mesmos) entre os donos da terra e os vientes é típica de muitos cenários locais em todo o país. Em Mocímboa, algumas áreas residenciais estão separadas por invisíveis divisões étnicas, muitas vezes coincidindo com as divisões entre donos da terra e vientes. Os conflitos relativamente à terra e ao poder político estão latentes, irrompendo ocasionalmente. A diferença sociológica é acentuada pela diferença socioeconómi-

⁷ Comunicação pessoal

ca: os falantes de maconde, dado o seu papel proeminente na luta de libertação nacional e na liderança da Frelimo, têm beneficiado, de forma privilegiada e desproporcional, de pensões de aposentamento militares para veteranos de guerra e apoio de projectos do Fundo da Paz e Reconciliação Nacional (FPRN), aos quais se podem candidatar não apenas os veteranos de guerra, mas também os soldados desmobilizados da Guerra Civil. Diz-se que o número total de uns e doutros, à escala nacional, é da ordem dos 170 mil ex-combatentes. Este número parece inflacionado, se se tiver em consideração que, no momento da desmobilização após o AGP de 1992, as estimativas totais eram menores, na casa dos 120.000 a 130.000 combatentes para ambos os lados (Weimer, 1995).

Um exemplo do potencial de conflito socioeconómico, étnico e político foram as eleições autárquicas intermédias de 2005, após a morte do primeiro presidente do conselho municipal de Mocímboa da Praia, Abdallah Camissa. Depois de uma entusiasmada campanha eleitoral e uma vitória por uma estreita margem do candidato da Frelimo, eclodiram violentos confrontos entre os militantes da Renamo e da Frelimo, na sequência de alegações de fraude eleitoral, devido a uma vantagem muito estreita para o candidato Frelimo, por um lado, e um número invulgarmente elevado de boletins de voto invalidados, por outro. Os confrontos de Setembro de 2005 levaram a que tivessem sido mortas sete pessoas (sobretudo com armas «tradicionais», não de armas de fogo, que se diz servirem não apenas para matar pessoas, mas também para fins de purificação⁸) e 147 tivessem ficado feridas, tendo também sido queimadas 184 casas. A Renamo anunciou que iria instalar um governo municipal paralelo chefiado pelo seu candidato derrotado, Saide Assana. Esta tentativa de desobediência civil falhou, também porque o presidente do município «paralelo» e outros representantes da Renamo na província de Cabo Delgado foram seduzidos para se passarem para o partido Frelimo, mediante a participação dos serviços nacionais de segurança e ofertas de proveitos materiais (Notícias Lusófonas, 2006). Desde essa altura, a pequena cidade portuária de cerca de 30 mil habitantes é governada pela Frelimo, e o seu presidente do município é fortemente contestado nas eleições locais. Isso pode ser constatado numa afluência às urnas persistentemente elevada, a mais alta de todos os municípios de Moçambique.

Como o aponta o historiador moçambicano Yusuf Adam, as linhas de conflito são mais profundas do que sugerem os factores étnicos, religiosos e políticos atrás referidos. Outras características a ter em consideração são a extrema desigualdade económica entre os residentes no que toca a rendimento e ao acesso a riqueza e recursos; o aumento do desemprego formal e informal, devido ao declínio da exportação legal e ilegal de madeira para a

⁸ Devo esta sugestão, que não desenvolvo no presente contexto, a Bjørn Bertelsen, comunicação pessoal.

Ásia através do porto de Mocímboa; contestações ao controlo do comércio transfronteiriço ilícito e da migração ilegal; especulação sobre o boom de gás esperado no vizinho distrito de Palma, etc. Nas palavras de Adam, existem em Mocímboa da Praia «todos os ovos necessários para fazer uma omelete de violência» (Deutsche Welle & Agência Lusa, 2017). Um artigo recente tenta relacionar a área de Mocímboa da Praia propensa à tensão com a penetração mercantilista e capitalista da área (Augusto, 2018). Este autor não apresenta, porém, provas convincentes de uma ligação entre a sua afirmação e a violência actual, que ele atribui ao que considera «terrorismo fundamentalista», mais uma vez sem o comprovar. Contudo, estão a surgir provas, que demonstram sem qualquer margem de dúvida, que existem jihadistas que operam militarmente na província de Cabo Delgado. Fazem parte de uma rede militante que tem, através da Tanzânia e Uganda, ligações à República Democrática do Congo, onde os combatentes moçambicanos recebem treinos militares antes de regressar a Mocimboa da Praia (TVM, 2018). Esses campos de treinamento podem ser associados ao grupo islâmico militante do Congo, Allied Democratic Forces, fundado em meados de 1995 por Jamil Mukulu (Fahey, 2015). Outras fontes sugerem que a juventude muçulmana radicalizada em Cabo Delgado pode ter ligações com um garimpeiro da Gâmbia, que, depois de ter sido expulso das minas artesanais de rubis de Montepuez e repatriado, se tornou muçulmano radical em busca de vingança (Pirio, Robert & Adam, 2018). A mesma fonte sugere que também existem ligações para os seguidores do falecido imã queniano radical, Sheikh Aboud Rogo Mohammed (Pirio, Robert & Adam, 2018), cujos ensinamentos gravados em vídeos aparentemente são usados em algumas mesquitas em Cabo Delgado, frequentadas pelos jovens militantes.

Na opinião de Adam, a conclusão final é que a população não está satisfeita com a forma como a desigualdade social e as crises são ignoradas por um Estado que se considera não servir os interesses das pessoas, mas praticar antes a manipulação política para assegurar a continuação do exercício do poder por um partido urbano dominante e os benefícios económicos associados dele derivados. Esta asserção pode, porém, ser contestada, porque os moçambicanos nunca tiveram a experiência dos benefícios de um Estado não violento, responsivo, benigno e orientado para o bem-estar (Bertelsen, 2016). Haveria que explicar, pelo menos, por que razão a ira das rebeliões locais violentas tem como alvo as instituições locais e os representantes do Estado.

O potencial de conflito em Mocímboa, latente ou agudo, entre os residentes falantes de muâni, por um lado, e os residentes macondes fortemente associados com as instituições estatais locais da Frelimo, por outro, reflecte a experiência das populações locais durante a luta de libertação liderada pela Frelimo. No final da década de 1960 e início da década de 1970, a vila de Mocímboa albergava uma guarnição do exército português, e a população

local, principalmente muâni, vivia aí em situação de recolher obrigatório, em assentamentos rodeados de cercas de arame farpado, e era, ainda assim, considerada e tratada, pela administração portuguesa, como potencial aliada contra a Frelimo (Sousa Santos, 2014). São visíveis ainda hoje as características militares da cidade colonial, incluindo um grande aeródromo, agora usado para voos internacionais irregulares, transportando técnicos e consultores que trabalham no sector da extracção de gás natural no distrito de Palma. Durante a época colonial, muitos moradores de Mocímboa trabalhavam para a administração e a polícia portuguesas, apesar de simpatizar com a luta da Frelimo pela independência. Eram, assim, olhados com suspeita por ambos os lados, como potenciais ou efectivos colaboradores do respectivo inimigo, tendo alguns deles sido vítimas de alguns interrogatórios e de prisão. O confinamento de pessoas à vila militarizada de Mocímboa, por um lado, e o crescente número de áreas liberadas nos territórios macondes adjacentes, em que a Frelimo promovia as novas práticas socialistas de educação, a colectivização da agricultura e a criação do Homem Novo⁹ ao serviço da revolução socialista (Adam, 1996), por outro, criaram clivagens sociais e políticas, que ainda estão vivas na memória das pessoas (Sousa Santos, 2014). Estes factores, juntamente com a estigmatização que se fazia dos falantes de muâni de Mocímboa e de outras áreas costeiras como comprometidos, ou seja, não totalmente alinhados com a experiência da luta de libertação e os combatentes da Frelimo, agora veteranos de guerra, fazem certamente parte do historial que uma análise sóbria da recente violência política em Mocímboa precisa de ter em consideração. Nesta perspectiva, é questionável se a intervenção militar para reprimir convulsões e violência política é adequada para mitigar conflitos e minimizar a violência política. No «aqui e agora», a crença de que a elite maconde está associada ao enorme projecto de GNL na área costeira do norte de Cabo Delgado – reivindicado como seu território pelos muânis, que provavelmente serão, porém, tratados de forma injusta – é certamente um ponto crítico a ser considerado na análise do tempo, das partes interessadas e das localidades em que os «ataques de Mocímboa» se têm vindo a dar desde fins de 2017. É, por isso, urgente que, como o sugere Adam, se apele ao diálogo sobre questões de inclusão social, à justiça social, à efectiva prestação de serviços públicos pelo Estado e ao perdão, juntamente com transparência e amplo acesso à informação sobre o que está em jogo e quais os intervenientes no negócio de gás que está a surgir e o sobre o destino dos detidos e julgados após os ataques (Adam, 2017).

2.1.2. Ataques à polícia no município de Mandimba, província do Niassa, Outubro de 2017

⁹ O «Homem Novo» está intrinsecamente ligado à formação de uma imaginária identidade socialista pós-colonial, assente na política da «modernização autoritária» da Frelimo (Cahen), na sua ideologia do «centralismo democrático» e na sua reivindicação de ser o partido nacional de vanguarda na tentativa de erradicar o passado colonial juntamente com a mentalidade «obscurantista» da cultura local (Basílio, 2016).

Três dias antes da rebelião armada em Mocímboa da Praia, tinha rebentado a violência em Mandimba, município da província de Niassa, ao sul da capital, Lichinga, e na fronteira com o vizinho Maláui. A população invadiu os escritórios municipais do comando da polícia e destruiu a residência do comandante, bem como dois veículos policiais. Segundo os relatos da imprensa, a população suspeitara de envolvimento policial no assassinio de um cambista e no roubo de uma soma não quantificada. Nos recontros com a polícia, foram mortas quatro pessoas por balas perdidas e seis ficaram feridas. A polícia trouxera reforços sob a forma das forças paramilitares da UIR (Deutsche Welle, 2017).

Diz-se que tem vindo a aumentar a desconfiança popular relativamente à polícia e esta desconfiança é considerada uma das causas dos ataques. Diz-se também que a presença da UIR, em vez de acalmar os ânimos, levou a resistência por parte da população, por ser desproporcionada para aquela situação. E não veio melhorar a confiança popular na administração estatal local e nos seus agentes de lei e da ordem, já que a presença da UIR assustou a população, dada a reputação dos seus agentes de «bater primeiro e perguntar depois». As autoridades reagiram à revolta popular acabando por nomear um novo comandante da polícia e oficial de operações, além de retirar os oficiais da GF. Mandimba parece ter recuperado uma calma frágil e um ambiente de «como se nada se tivesse passado», embora a confiança na polícia não pareça ter sido totalmente restaurada.

O que parece ser uma das causas da violência em Mandimba é um conjunto de questões relacionadas com meios de subsistência e acesso ao dinheiro, com a corrupção no cerne do caso denunciado. Dão-se seguramente em Mandimba, como cidade fronteiriça que é, algumas transacções transfronteiriças, muito provavelmente ilícitas (de mercadorias, bebidas, madeira, lenha, animais, etc.), em que podem participar a polícia, funcionários aduaneiros e membros da GF. A retirada dos soldados da GF e a sua substituição pelos soldados da GF de Cabo Delgado podem ser um indicador de que há nesta suspeita alguma verdade. Pelo que aconteceu, parece claro que a população estava farta da actuação da polícia, alegadamente envolvida em práticas corruptas e até em assassinatos. Seja como for, a recente violência em Mandimba representa mais um caso de violência contra as instituições do Estado e os seus órgãos responsáveis pela manutenção da lei e da ordem.

2.1.3. Vampiros no Distrito do Gilé, Província da Zambézia, Outubro de 2017

No dia 19 de Outubro de 2017 e nos dias seguintes, a imprensa relatou, na cidade do Gilé, capital do distrito homónimo, que tinham sido queimadas casas de líderes comunitários e do director da prisão local, e também que tinham sido vandalizados edifícios da administração do distrito e do comando da polícia do Gilé. O administrador do distrito do Gilé fugiu para o distrito vizinho do Alto Molócuè (AllAfrica, 2017a). Nos dias seguintes, a «revolta»

estendeu-se ao posto administrativo de Muiane e a Morrua e Muvela (AllAfrica, 2017b). Mais uma vez, foram alvo dos revoltosos casas de funcionários administrativos e de representantes do partido e do governo local, e edifícios de polícia, além de que os insurgidos também tentaram saquear lojas.

As instituições locais e os representantes do Estado foram atacados devido à convicção generalizada de que eles fazem parte de um esquema de chupa-sangue, que usa o vampirismo para «extrair a força» às pessoas e se considera que colaboram com os vampiros e os escondem. Disse-se o mesmo dos trabalhadores de saúde que trabalharam na pulverização de pesticidas numa campanha contra a malária (Serra, 2003). Pessoas que viajavam para o distrito vizinho de Maganja da Costa também relataram que o pessoal de saúde de uma ONG internacional que trabalha com saúde reprodutiva e mitigação do HIV/SIDA foi atacado e acusado de fazer parte dos chupa-sangue, tendo sido posteriormente retirados a equipa e o coordenador local.¹⁰

Segundo o porta-voz do comando da polícia provincial da Zambézia em Quelimane, «foram presas cinco pessoas em Muiane por espalhar boatos sobre vampiros e incitar à desordem. A polícia também recuperou cinco motocicletas, vários computadores e outro equipamento eléctrico roubado nos tumultos de Muiane» (AllAfrica, 2017a). Citado ao comentar os tumultos do Gilé e os ataques de Mocímboa, o porta-voz do comando da polícia nacional em Maputo, Inácio Dina, afirmou que haverá «tolerância zero contra esses bandidos, esses loucos, esses vândalos, contra quem espalha a desinformação» e que «continuaremos a reprimi-los e a combatê-los» (AllAfrica, 2017b).

O fenómeno do vampirismo estendeu-se a Cuamba, na província do Niassa, onde foram detidas oito pessoas por «espalhar boatos sobre vampiros que resultaram em cenas de violência» (AIM News, 2017). Até no Maláui se noticiou uma acção punitiva sobre um «grupo de linchadores» e a prisão de 140 dos seus membros, que atacaram pessoas suspeitas de serem vampiros. Pensa-se que pelo menos oito pessoas foram mortas, duas das quais na capital comercial e industrial do país, Blantyre (BBC World News, 2017).

Para o observador informado, estas «tumultos» contra os órgãos locais do Estado e as suas instituições não constituem surpresa, por duas razões. A primeira é que há algum tempo que têm vindo a germinar conflitos entre os residentes, por um lado, e as autoridades locais e os investidores estrangeiros. Já em Novembro de 2015, uma «multidão enfurecida» teria atacado a mina de tântalo em Muiane, no distrito de Gilé, pertencente à Tantalum Mineração e Prospecção Limitada, tendo destruído «milhões de dólares em equipamentos»

¹⁰ Comunicação pessoal.

(AllAfrica, 2015). Isto foi recentemente confirmado pelo gestor da empresa no local, em entrevista ao semanário Savana (Savana, 2017b: 14-15). E, em Setembro de 2016, foi descoberto um importante esquema ilegal de exploração madeireira no distrito do Gilé, onde, segundo a imprensa, tem havido corte de madeira em grande escala na Reserva Nacional de Gilé, que teria levado à perda de dois terços do seu stock da madeira preciosa pau-ferro (AllAfrica, 2016). O artigo, descrevendo a Zambézia como «o centro do ataque para saquear a madeira do país», insinuava a cumplicidade entre os madeireiros, compradores e exportadores chineses e envolvimento de destacadas figuras políticas (ibid.).

A segunda razão é o facto de o fenómeno dos chupa-sangue não ser recente. Foi analisado por Serra (1997) e Bowen (2000), entre outros. Bowen dedica a este tema um volumoso anexo da sua tese de doutoramento sobre o comércio rural na Zambézia, proporcionando ao leitor uma visão aprofundada do fenómeno, com base num abrangente trabalho de campo e entrevistas. Segundo este autor, os chupa-sangue surgiram na altura da independência, no contexto de profundas mudanças políticas, económicas e ideológicas. Mais tarde, foram relacionados com as campanhas de vacinação e a emissão da moeda moçambicana, o metical, que veio substituir o escudo em 1980. Diz-se que os vampiros chupadores de sangue apareceram pela primeira vez na província da Zambézia, particularmente no distrito do Gilé, espalhando-se mais tarde para os distritos vizinhos e até para norte, para Nampula e Cabo Delgado. Considera-se que estão ligados ao comércio internacional, à saúde moderna e às tecnologias biomédicas, mas também ao movimento automóvel e à mobilidade rural urbana. Os chupa-sangue aparecem em projectos de construção de estradas e em estradas principais ou secundárias, sobretudo as que têm um tráfego frequente e ligação com o sul do país, incluindo a capital, Maputo, e também com os mercados internacionais. As vítimas dos vampiros, «se sobrevivem, sofrem de uma perda de força, como se “não tivessem ossos”» (Bowen, 2000: 330). O seu sangue é usado para fabricar dinheiro novo com pouco poder de compra e para pagar aos países estrangeiros pelas armas deles recebidas (Bowen, 2000: 331).

Segundo os entrevistados de Bowen, os vampiros não podem ser considerados bruxos, mas sim agentes humanos que, ajudados por colaboradores locais e por informantes, extraem e vendem sangue para obter dinheiro e proveitos materiais. Juntamente com os seus representantes locais, ou seja, funcionários das administrações dos distritos e da saúde, participam nas actividades dos chupa-sangue para permanecer no poder e acumular riqueza e dinheiro, usando as suas capacidades sobrenaturais e ocultas para extrair e vender sangue para esse fim. Isto inclui a aquisição de carros, equipamentos de guerra e aviões, todos necessários para permanecer no poder e fazer guerra contra aqueles que se atrevem a contestar o seu poder. É interessante notar que, na mente das pessoas que acreditam em

vampiros, as pessoas ao sul do rio Zambeze parecem incapazes de entender este fenómeno e duvidam, por isso, da sua existência. São considerados «imunes» aos chupa-sangue, já que são vistos como beneficiários da «extracção de sangue».

Pode querer interpretar-se os fenómenos dos chupa-sangue, como o faz Serra (1997), como uma metáfora da extracção e comercialização do fluido corporal essencial de uma pessoa, o sangue, como sinónimo de lhe retirar a vitalidade, a força e a produtividade. Quanto mais pessoas sofrem ataques de vampiros, menos produtivos, ou seja, mais pobres, são os grupos e os lugares onde os vampiros actuam, e mais ricos se tornam aqueles que recebem ajuda da transferência e venda de «sangue», ou seja, as pessoas ao sul do rio Zambeze e fora do país. Em termos económicos, esta visão de uma Zambézia enfraquecida, «esvaziada da sua vitalidade», tem um substrato material: como o mostra uma publicação recente sobre a economia política da descentralização, pode observar-se uma transferência líquida de recursos fiscais e financeiros da Zambézia (e Nampula) para o governo central em Maputo (Weimer & Carrilho, 2017). Isto significa que a diferença entre a receita fiscal (per capita) gerada nestas províncias e transferida para Maputo, por um lado, e as despesas (per capita) que o governo lhes atribui é favorável à capital do país. Assim sendo, o imaginário culturalmente enraizado dos chupa-sangue que fazem mal aos zambezianos e os empobrecem parece fazer parte de um sistema de crenças e narrativas amplamente difundido, que dá conta dos efeitos de distribuição da economia política a favor do Estado central e em detrimento do bem estar social na Zambézia, sobretudo agora que existem boas ligações rodoviárias e transportes frequentes entre o norte e o sul de Moçambique. E reflecte também os fundamentos de uma economia política de extracção de recursos em num sistema de procura de rendas de que participa uma classe local de *compradores*.¹¹

2.2. Casos históricos de violência política

2.2.1. «Guerra dos Leões» no Distrito de Muidumbe, Cabo Delgado (2002/2003)

No caso do distrito de Muidumbe, na província de Cabo Delgado, ao lado do distrito de Mocímboa de Praia, palco da «Guerra dos Leões» nos primeiros anos do milénio, o padrão de atacar violentamente o representante do Estado era bastante parecido, ainda que com uma narrativa completamente diferente. Ao contrário da população de Mocímboa, a po-

¹¹ A palavra *comprador* não se usa aqui no seu sentido mais comum, mas num sentido especializado em que é usada, em várias línguas, na literatura da economia política. Este termo designa, nessa acepção, uma secção de uma classe média indígena aliada a interesses estrangeiros – económicos, comerciais e militares. O Oxford Dictionary define comprador como «uma pessoa que actua como agente para organizações estrangeiras envolvidas em investimentos, comércio ou exploração económica ou política».

pulação de Muidumbe – que, juntamente com Mueda, é o berço da guerra de libertação da Frelimo – é falante de maconde, maioritariamente cristã e apoiante da Frelimo. Segundo Paolo Israel, testemunha e estudioso dessa guerra nos anos 2002 e 2003, cerca de 50 pessoas foram aí mortas ou feridas por leões, que tinham migrado para norte do rio Messalo, devido à intensificação da dinâmica global de extracção de recursos, incluindo a caça furtiva de elefantes para comercialização de marfim. Os ataques de leões de Muidumbe foram amplamente compreendidos na perspectiva do oculto: considerava-se que os leões eram «fabricados» por intermédio de feitiçaria, e espalharam-se boatos sobre uma sociedade secreta de homens-leões envolvidos no tráfico transnacional de partes do corpo para «medicina tradicional» (Israel, 2009: 155).

(...) [Vinte e quatro] pessoas foram linchadas e outras pessoas foram ameaçadas ou votadas ao ostracismo por suspeita de estarem ligadas à fabricação de leões. O apogeu desta crise – ou, como muitos lhe chamariam, a «Guerra dos Leões» (...) – foi uma revolta contra o governo local, suspeito de promover as actividades dos fabricantes de leões (...). O administrador distrital, um rico veterano da luta da Libertação, era aqui considerado o «feiticeiro mestre», que trabalharia em ligação com brancos estrangeiros interessados em «comprar» o distrito, bem como partes do corpo dos seus cidadãos. (Israel, 2009: 159)

Esta imagem está próxima da dos vampiros que sugam o sangue das pessoas, que vimos no caso de Gilé descrito atrás. Traduzindo a imagem em termos de uma análise da economia política, pode estar associada ao esvaziamento de recursos do distrito e do seu povo por elites predadoras, empobrecendo as pessoas e virando do avesso as conquistas e promessas da independência, e os programas eleitorais do partido dominante desde então no poder. Assim, entre as várias interpretações propostas pelos antropólogos (Bertelsen, 2003; West, 2005), a «Guerra dos Leões» também pode ser vista, em termos sociológicos e políticos, como a rebelião dos jovens do sexo masculino contra as elites pós-socialistas da Frelimo, imaginadas como feiticeiros, que, ao mesmo tempo que se enriquecem, entregaram a soberania a instituições estrangeiras e aos seus modelos de desenvolvimento, a expensas do bem-estar de todos, perdendo assim legitimidade e confiança como representantes do povo. Essas elites (locais) aperceberam-se desta «leitura»: como Israel aponta, os actos do linchamento dos feiticeiros que «fabricavam» homens-leões já não eram vistos pelas autoridades como comportamento socialmente desviante ou irracional enraizado na cultura local, mas sim como actos «visando derrubar (pelo menos simbolicamente) a ordem política», ou pura e simplesmente como «rebelião política» (Israel, 2009: 167). Apesar desta percepção, o Estado não reagiu de forma abertamente violenta contra os rebeldes (como no caso de Mocímboa) – mas sim contra leões reais (não os homens leão imaginados), que

tinham atacado e devorado pessoas da zona. O governo provincial enviou polícias armados e caçadores para matarem um leão, que foi exibido como troféu à população local, tanto em Muidumbe como em Pemba. E o governo local de Muidumbe ofereceu bicicletas como prémio a quem trouxesse um leão morto (Israel, 2009).

A «Guerra dos Leões» parecia, pois, ter terminado. No contexto actual, a pergunta a fazer é se as causas que desencadearam a «Guerra dos Leões» apenas se desvaneceram ou desapareceram completamente, e se a mudança do poder político e económico dentro da Frelimo para Cabo Delgado e para a terra dos Macondes impedirá ou fomentará o ressurgimento do leão e a violência política com ele associada como rebelião contra o Estado, se não forem resolvidas as questões subjacentes de pobreza e de desconfiança.

Neste contexto, é de notar que a figura do leão, de enorme importância no sistema de poderes rituais, políticos e territoriais e capacidades sobrenaturais, é também conhecida noutras zonas de Moçambique. Na província de Manica, está relacionada com o mhondoro (Isaacman, 1973; Bertelsen, 2016). E, da mesma forma, Chitengo, o acampamento central do Parque Nacional da Gorongosa, recebeu o nome do poderoso chefe local dotado de poderes mágicos que se transformou num leão branco quando morreu (Gorongosa National Park, 2020).

2.2.2. Violência étnico-política no município de Montepuez, Cabo Delgado, Novembro de 2000

A violência política ligada à contestação pela Renamo dos resultados eleitorais de 1999, considerados fraudulentos, e alimentada pelas ameaças de Dhlakama de tornar o país ingovernável, eclodiu em várias partes de Moçambique e particularmente em Montepuez, na província de Cabo Delgado. Dhlakama tinha proposto, como alternativa, algum grau de partilha de poder entre a Frelimo e a Renamo, em que esta última estaria em posição de «nomear governadores para as suas províncias, ou seja, as províncias que ganhou, com uma maioria que ia de moderada a grande» (Bertelsen, 2003: 268) – um ponto que provavelmente será tratado, em parte, na agenda em curso das «lutas do tempo de paz» (Bertelsen, 2003) entre a Frelimo e a Renamo, e na reforma constitucional proposta pelo presidente Nyusi a 7 de Fevereiro de 2018.

Os violentos confrontos entre a Renamo e as forças policiais em várias partes do país custaram a vida de mais de 40 pessoas. As forças policiais, em particular, mostraram um uso indiscriminado e irresponsável de armas de fogo. Em Montepuez (município e distrito), a segunda maior cidade de Cabo Delgado, sede de grandes indústrias (por exemplo, algodão, mármore, pedras preciosas) e de quartéis militares, assistiu-se ao pior da violência

política. Os atacantes da Renamo invadiram a prisão e a polícia, roubaram armas de fogo, saquearam e destruíram parcialmente escritórios de administração, instalações de telecomunicações e estabelecimentos comerciais. Os atacantes tiveram a cidade de Montepuez sob cerco durante 24 horas. Foram mortas 25 pessoas, incluindo sete agentes da polícia (Lalá & Ostheimer, 2003: 21).

O comandante do exército estacionado em Montepuez recusou-se a entrar em confrontos militares com as forças da Renamo e recuperar as armas roubadas, mas a reacção das autoridades locais, e particularmente das autoridades provinciais, foi violenta. Em operações porta-a-porta, agentes de polícia sem mandato de busca e de detenção, detiveram arbitrariamente pessoas denunciadas pelos cidadãos locais como tendo participado na revolta da Renamo contra as autoridades locais. Mesmo membros conhecidos da Renamo de outros distritos teriam sido transportados para Montepuez e ali detidos. Ficaram presas 119 pessoas numa prisão de 21 m², onde, sem comida, sem água e sem oxigénio, morreram de desidratação e/ou asfixia (Lalá & Ostheimer, 2003: 21).

A questão que desencadeou a revolta liderada pela Renamo em Montepuez não foi apenas a contestação dos resultados eleitorais e uma rebelião contra os representantes e instituições do Estado. Tal como no caso de Mocímboa da Praia, também veio concretizar um potencial de conflito latente entre as comunidades macua e maconde que remonta à luta anticolonial e ao estabelecimento do Estado da Frelimo e das suas políticas socialistas no período imediatamente após a independência, muitas vezes com base em coerção, controlo e punição, e associado à militarização da mente. Uma tentativa bem-sucedida, apoiada pela Embaixada da Suíça, de negociar um acordo de paz local, assinado pelos representantes partidários locais Frelimo e da Renamo, foi levada a cabo pelo então reitor da UEM, Brazão Mazula, na sua qualidade de presidente do Centro de Estudos de Democracia e Desenvolvimento (CEDE). O facto de ter sido rejeitado pelas respectivas sedes dos partidos mostra que, nessa altura e ao mais alto nível político, havia pouco interesse num acordo político local.

2.2.3. Queima deliberada de plantações florestais da IFLOMA Msika, Província de Manica (1980-1986).

O caso aqui incluído não é um caso de violência política directa contra representantes de instituições estatais, mas antes o que se pode chamar violência indirecta dirigida contra a base económica do estado, no quadro da Guerra Civil em Moçambique (1977-1992). Um exemplo histórico é o caso da empresa estatal Indústria Florestal de Manica (IFLOMA E. E.) em Msika, na província de Manica. A vila de Msika e seu complexo industrial estão localizados na estrada nacional que liga a Beira ao Zimbábue, entre Chimoio e a vila de Manica.

A indústria madeireira IFLOMA, que resulta de uma decisão tomada no 3º Congresso da Frelimo (8 de Fevereiro de 1977), foi criada no início dos anos oitenta sob a forma de uma unidade de produção moderna e de alta tecnologia, com plantações de eucalipto e pinheiro nas áreas adjacentes. O investimento, principalmente financiado pelos países nórdicos, totalizou 43 milhões de USD para a fábrica e 18 milhões para a plantação (Mate, 2004: 8). As plantações forneciam a matéria-prima para produzir artigos de madeira (tábuas, portas, etc.) para abastecer os mercados internos e, em parte, os mercados internacionais (regionais). A violência destinava-se a tornar inviável a indústria madeireira, danificando ou destruindo a fábrica de processamento e os seus modernos equipamentos (Mate, 2004), e, incendiando as plantações, a destruir a base geradora de inputs da cadeia produtiva a jusante. Segundo o antigo governador da província de Manica, o falecido Artur Canana, a queima das plantações contou com a «tolerância proactiva» dos chefes locais, que consideravam que os interesses da população local tinham sido completamente posto de lado ao criar a indústria madeireira e os seus requisitos de uso da terra (Canana, 1996).

Este episódio está ligado à Guerra Civil (1977-1992). Mais recentemente, porém, observou-se a prática (isolada) de incendiar florestas de plantação de árvores não indígenas, em casos em que são negligenciados os interesses da comunidade no uso da terra ou não são cumpridas as promessas de emprego, de compensação e investimento social, etc., feitas pelos investidores estrangeiros. Um exemplo disso são as plantações de madeira administradas pela Niassa Green Resources (NGR) no distrito de Sanga, no Niassa. Um estudo mais recente conclui que «a violência contra árvores» ou o incendiar de plantações é uma maneira frequente de expressar que a comunidade está insatisfeita com projectos de investimentos de capital global em associação com os interessados nacionais de Maputo e representantes locais do Estado, em que os interesses da comunidade são postos à margem ou ignorados (Madede, 2017). Kaarhus & Martins (2012) observaram anteriormente, numa perspectiva de género, o mesmo padrão de queima deliberada de florestas no Niassa, pertencentes à NGR e à Chikweti¹², em que são manifestos nas indústrias florestais o capital global e os interesses nos direitos de uso da terra. Estes interesses fazem parte de investimentos globalizados que não visam tanto a indústria florestal propriamente dita, mas sim a geração de juros. Isto é evidente nas indústrias baseadas na silvicultura. Relatam os autores que, até 2011, «foram incendiados centenas de hectares de floresta» (Kaarhus & Martins, 2012: 39). Do ponto de vista antropológico, deitar fogo a uma floresta pode, portanto, significar muitas coisas – incluindo a violência perpetrada antes disso, ao cortar inicialmente tipos importantes de árvores indígenas para exportação de madeira não

¹² Chikweti recebeu capital através do Fundo Florestal Solidário Global (Global Solidarity Forest Fund, GSFF), considerado um «fundo de investimento ético». Tem como investidores uma diocese sueca (Diocese de Västerås), a Igreja da Suécia e a Igreja da Noruega (Kaarhus & Martins, 2012: 40).

transformada ou para plantar árvores não indígenas e comerciais (Bertelsen, 2017b; Comaroff & Comaroff, 2001).

Na secção que se segue, alarga-se a perspectiva de análise de modo a obter um enquadramento socioeconómico mais amplo considerado necessário para a interpretação dos estudos de caso atrás referidos. O pressuposto é que podem continuar os acontecimentos em Mocímboa e noutros lugares, isto é, a rebelião contra as instituições e as pessoas que representam o Estado e o investimento estrangeiro, se não forem resolvidas a exclusão socioeconómica e a marginalização, e a questão dos «predadores feitos pelo homem» e a economia de extracção. Estas questões são particularmente relevantes para a juventude moçambicana, que actualmente se encontra fora do enfoque político e de políticas. Isso pode, em certas circunstâncias, levar à radicalização de segmentos de jovens desiludidos e desprotegidos, levando-os aos braços de grupos e organizações de pares militantes, incluindo as de cariz religioso.

3. Moçambique: o contexto alargado

3.1. Uma Ordem de Acesso Limitado (OAL) que garante o monopólio estatal da violência?

No seu recente livro sobre a economia política da descentralização em Moçambique, os autores consideram que uma Ordem de Acesso Limitado (OAL) é uma das causas de contínua violência política em Moçambique e da contestação pela Renamo (Weimer & Carriho, 2017). Esta avaliação baseia-se na teoria do governo institucional e escolha pública associada a North et al. (2010). Estes autores definem OAL como a manutenção e defesa da ordem social, do poder político e económico, juntamente com acesso predominante aos recursos por parte de uma pequena elite de actores políticos, económicos, étnicos, administrativos ou militares, formando elites governantes, excluindo os outros e impedindo profundas transformações sociais e partilha económica, para benefício exclusivo deles próprios (North et al., 2010). No caso de Moçambique, isto também pode desencadear contestações violentas periódicas, que podem ser resolvidas, ou não, por reformas que visem mais Ordem de Acesso Aberto (OAO), isto é, a inclusão de elites marginalizadas (Levy, 2012). A teoria do acordo político aprofunda esta análise perguntando em que condições políticas e incentivos e desincentivos à negociação, numa economia clientilista de procura de rendas, se pode incluir ou não outras elites, numa dimensão vertical (elites locais versus elites nacionais) e uma dimensão horizontal, ou seja, entre elites nacionais (Behuria, Buur & Gray, 2017).

Com base na literatura antropológica atrás citada, pode partir-se do princípio que o Estado moçambicano, por motivos históricos, tem representado um «modo de produção e reprodução» violento que caracteriza o seu funcionamento e os seus resultados até hoje. Este modo tem incluído os meios «para punir, disciplinar e obrigar as populações a obedecer, para vários fins de extracção e acumulação» (Bertelsen, 2017a:7). Cahen designa este tipo de abordagem do desenvolvimento como «modernização autoritária» (Cahen, 2017). Os reassentamentos violentos em zonas de indústrias extractivas, por exemplo, em algumas áreas de mineração de carvão de Tete (Mosca & Selemane, 2011), ou a expansão urbana e construção de estradas na periferia de Maputo mostram essa propensão ao autoritarismo e à violência. O mesmo se aplica às ameaças e assassinatos de quem se atreve a usar a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa constitucionalmente garantidas para criticar o regime do governo e apresentar perspectivas e abordagens alternativas de políticas e governação¹³. Como diz Bertelsen, a guerra tornou-se «uma forma de governação» (Bertelsen, 2017a: 14) – e, pode querer-se acrescentar, «a governação tornou-se uma forma de guerra». Uma consequência disto é que nem a guerra nem a governação (económica) podem ser efectivas nestas circunstâncias. Podem ser ilustrativas a falta de avanços militares decisivos nos campos de batalha, incluindo a tentativa de eliminação física do líder da Renamo, bem como a «frente» da paz sustentável que se seguiu ao AGP de Roma de 1992. As consequências da má governação económica são bem conhecidas e são tratadas numa literatura cada vez mais abundante sobre o fracasso de Moçambique em reduzir significativamente a pobreza prevalente no país, melhorar os serviços básicos e aumentar a sua cobertura geográfica, e sobre a crescente desigualdade na distribuição de rendimentos. A literatura relevante, Castel-Branco & Massarongo (2016); CIP (2016); Arndt et al. (2017); Macuane, Buur & Monjane (2017); The World Bank (2017), procura explicar estes fenómenos através da análise do modo de acumulação económica do país, a sua abertura económica e a integração como produtor e exportador de recursos não processados no mercado global, o seu pendor estrutural para dívidas externas não sustentáveis – e hoje dívidas internas cada vez mais insustentáveis –, açambarcamento de terras, corrupção, tráfico de drogas e branqueamento de capitais (CIP, 2016). Observam-se também fracassos semelhantes no que toca à protecção da fauna e flora naturais e do meio ambiente.

Com as adversas restrições fiscais e financeiras nacionais e internacionais actualmente existentes, o Estado moçambicano mostra cada vez mais sinais de fragilidade, se não mesmo um fracasso parcial do Estado relativamente à prestação de certos serviços públicos, como

¹³ Um caso recente é o assassinato do presidente do conselho municipal de Nampula, Mahamudo Amurane, membro do Movimento Democrático de Moçambique (MDM), conhecido pela sua gestão eficiente e participativa da cidade de Nampula. Politicamente divergente da liderança do MDM na Beira no que toca a pessoal e a posições anticorrupção e, para ira da Frelimo, extremamente popular na sua zona, Amurane tinha «inimigos» em ambos estes partidos políticos. Diz-se em Nampula que a sua intenção era criar um novo partido político – defendendo os interesses dos Macuas.

sejam o abastecimento de água e serviços básicos de saúde (Weimer & Erskog, 2017). Não é por coincidência que a Avaliação Nacional de Políticas e Instituições (ANPI) do Banco Mundial para 2016 agora inclui Moçambique no grupo de estados frágeis de África, tendo observado uma deterioração da pontuação geral e da maior parte da pontuação parcial da ANPI entre 2008 e 2016 (The World Bank, 2017). A fragilidade do Estado é de particular relevância numa das suas funções essenciais, a gestão do orçamento. A avaliação da Despesa Pública e Responsabilização Financeira (PEFA¹⁴) levada a cabo em 2015 confirma uma desaceleração e, em certas áreas, uma inversão dos avanços anteriores em matéria de Gestão de Finanças Públicas (GFP), mesmo antes do início da actual crise fiscal. E a conclusão geral de uma recente avaliação de risco da GFP é que o desempenho da administração fiscal pública piorou desde 2011 (Adam Smith International, 2017).

Nestas condições, o sistema de Estado-e-partido criado pelos libertadores do país do jugo colonial mostra importantes sinais de fraquezas estruturais, apesar de ter sido política e militarmente reforçado por causa da reforma constitucional de 1990 e do AGP de 1992, e apesar das suas bem organizadas ligações com a dinâmica económica global de ajuda ao desenvolvimento e do investimento. O país estava a apresentar um bom desempenho em termos de crescimento até 2016, surgindo como o «menino bonito dos doadores» em África e atraindo grandes investimentos estrangeiros. A sua principal fragilidade reside no facto de o Estado da Frelimo, segundo as palavras de Bertelsen, «não ser o único poder soberano em Moçambique» (Bertelsen, 2009:268), apesar de afirmar que o é. Como se mostrou nas secções anteriores, o monopólio do poder coercivo e dos recursos estatais tem sido violentamente contestado. Um dos méritos políticos de Joaquim Chissano, presidente de Moçambique de 1987 a 2005, é ter descortinado as ameaças de contestação violenta e, com capacidade de antevisão, ter elaborado um acordo político através da reforma constitucional de 1990 e do Processo de Paz de Roma, visando aquilo a que recentemente se referiu como «revoluções incontroláveis» (O País, 2017). Hoje as questões são as seguintes: É possível visualizar e implementar um processo de reforma e um acordo político que vá além do acordo político previsto com a Renamo? Pode pressupor-se que as «revoluções incontroláveis» e a mentalidade «revolucionária» podem continuar a existir, como o parecem indicar os casos contemporâneos de violência discutidos atrás? Essa mentalidade prevalece nas franjas dos partidos políticos estabelecidos ou pode ser encontrada na população, provocando acções violentas dispersas contra os órgãos locais do Estado? E: Nyusi é capaz de continuar o projecto de reforma e solução política de Chissano, interrompido por dois mandatos de Guebuza (de 2005 a 2015), e minimizar assim o risco de mais uma ronda de «violent becomings», visando aqueles que «comem» os proveitos da Independência, e do

¹⁴ Public Expenditure and Financial Accountability

apoio e do investimento externos?

Segundo Bertelsen, uma reforma desta natureza teria de abordar as percepções de que

a continuação da acumulação de riqueza e dinheiro, o conspícuo consumo de bens e as visões de quadros do partido bem vestidos e anafados, ostentando carros novos ou o esplendor do novo-riquismo, com ligações partidárias, sublinham a existência de uma economia obscura, assente na feitiçaria, uma economia de que os pobres são os alvos e os veículos de acumulação. Com base no conhecimento dos ciclos anuais de produção agrícola em que é bem conhecido o «tempo da fome», a expressão «comer» é muito usada para descrever esses actos transgressivos de consumo da carne, da força de trabalho, da fertilidade ou dos recursos de outrem pelos feiticeiros e pelos ricos (Bertelsen, 2009: 228, traduzido do Inglês por Vitor Santos Lindegaard).

Ao responder a estas questões, é importante esclarecer a questão da juventude moçambicana, de quem foram ignorados os interesses materiais e imateriais em justiça social, uma vida decente e uma perspectiva de subsistência, e em dar um contributo significativo para o desenvolvimento e a paz de seu país

3.2. Jovens – marginalizados e sem perspectivas?

Voltando à premissa de que as expectativas, as frustrações e uma falta de perspectiva de futuro da juventude marginalizada podem constituir uma catalisador da radicalização e acabar por conduzir à violência política, tento esclarecer a situação socioeconómica dos jovens, que representam a maioria da população de Moçambique. Mahdi *et al.* (2017: 22)¹⁵. Não falo, neste caso, dos jovens afiliados ao partido no poder, por exemplo, através da Organização da Juventude Moçambicana (OJM) ou do Conselho Nacional da Juventude (CNJ), mas dos jovens de meios rurais e urbanos com poucas ou nenhuma ligação com partidos políticos. Neste contexto, chamo a atenção para os resultados de um estudo quase desconhecido do público sobre o tema da juventude e da cultura nas áreas rurais, escrito em 2007 por Bettina Holzhausen, especialista suíça em teatro e desenvolvimento, actualmente a trabalhar na Ópera de Zurique. No que diz respeito à juventude urbana, quero divulgar um breve apanhado do estado de espírito entre os jovens, que registei sob a forma de notas pessoais por ocasião de uma reunião em Maputo no dia 13 de Junho de 2013, organizada pelo Parlamento Juvenil de Moçambique. Por fim, deslindo um pouco a questão dos jovens do sexo masculino envolvidos no «lado da oferta» da caça ao rinoceronte e do comércio ilegal de chifres de rinoceronte no Parque Nacional do Limpopo (PNL),

¹⁵ O Banco Mundial calcula que 45% da população são crianças com menos de 15 anos.

que, juntamente com o Parque Nacional Kruger da África do Sul e o Parque Nacional de Gonarezou do Zimbábue, faz parte de um parque da paz transnacional. Os episódios descritos nas secções que se seguem mostram que os jovens, desempregados e com níveis de escolarização insuficientes para um trabalho efémero no sector formal, são marginalizados nas políticas nacionais e «sobrevivem» com trabalhos irregulares, muitas vezes à margem da lei, e têm alguma inclinação para violência, como o provou o caso da Mocimboa.

3.2.1. A juventude rural privada da sua cultura?

O ponto de partida de Holzhausen é o de uma juventude rural, que, por um lado, está cada vez mais alienada das suas próprias raízes culturais, mas é, por outro lado, grandemente influenciada por tendências, imagens e narrativas provenientes de outras partes do mundo. Têm acesso a essa parte do mundo, que nunca viram nem viveram na «vida real», através de áudio, vídeo e redes sociais, por intermédios das redes globais. Isto dá-se num contexto em que, em casa, a vida é económica e socialmente exigente, em que são sombrias as perspectivas de um «futuro melhor»¹⁶ e em que muitos valores e práticas culturais tradicionais associadas ao carácter cíclico da agricultura e da vida humana mudaram consideravelmente ou estão prestes a desaparecer. Estes valores e a inserção no que o cientista social nigeriano Peter Ekeh, há cerca de 40 anos, rotulou como «público primordial» (família, clã, grupo étnico), em que todos sabem qual é o seu lugar na sociedade e as regras pelas quais esta é governada, estão a desaparecer ou são remodelados para servir os interesses de «homens grandes», que fazem parte ao mesmo tempo do público primordial e do «público cívico» das instituições do Estado. Estas regras e valores são gradualmente suplantados ou substituídos por práticas e comportamentos em que a vida e o dinheiro do indivíduo, e o acesso ao dinheiro, estão a ganhar importância, impelidos pela vontade de «comer» como fazem os patrões. Esta transformação da sociedade, cuja culpa muitas vezes muitas vezes é atribuída à democracia ou ao egoísmo geral, «é profunda, está a dar-se rapidamente e está, pelo visto, a produzir desequilíbrios, tensões, conflitos e perdas em muitas áreas» (Holzhausen, 2007: 36). Algumas das «vítimas» desta transformação são a cultura, o conhecimento e a tradição locais ou étnicos, «prestes a desaparecer nos próximos 10 a 20 anos» (ibid.).

Obviamente, isto não implica que os jovens tenham deixado de ter um sentimento de pertença e respeito pelas suas origens. No entanto, «o que eles mais desejam é acesso a alguma coisa, aprender alguma coisa e tornar-se alguém de quem se possam orgulhar» (ibid.). Não querem ser abandonados numa aldeia remota, vendo o mundo passar na televisão, não podendo e não tendo a liberdade de alcançar essa «alguma coisa». Isto «causa uma profunda frustração e aumenta o sentimento de pobreza e impotência» (Holzhausen, 2007:

¹⁶ Lema da campanha eleitoral da Frelimo em 1999 e 2004.

37) – um sentimento que não existe nos jovens pertencentes a um grupo cultural, social ou religioso com reuniões, actividades e práticas regulares.

O esforço dos jovens para modelar o seu próprio futuro e sentido de pertença pode ser determinado por dois factores cruciais. O primeiro é a importância cada vez maior do «dinheiro», já atrás referida. A luta da juventude tem como objecto o dinheiro e, através dele, o acesso a essa parafernália de coisas que se considera estabelecerem uma ligação com o mundo global exterior, como sejam óculos de sol, sapatos e roupas elegantes, carros finos e, eventualmente, uma mulher inteligente, de preferência estrangeira, no caso dos rapazes, ou, no caso das raparigas, um marido rico (estrangeiro).

Ter ou não ter é de extrema importância. Pobre agora já não é apenas pobre. A hierarquia em termos de meios financeiros e acesso a bens está a ganhar importância na comunidade adulta, e também entre os jovens. A maioria dos jovens, porém, só tem acesso a dinheiro com grande dificuldade. A combinação das duas coisas é perigosa: um jovem que não tem dinheiro nem confiança, reconhecimento ou apoio social pode tornar-se um elemento imprevisível e destrutivo e agir sem respeito pelas regras sociais ou pelas leis. Com os valores e regras tradicionais a desaparecer na maioria das zonas rurais, os jovens perdem orientação e apoio” (Holzhausen, 2007: 39f, traduzido do Inglês por Vitor Santos Lindegaard).

O segundo aspecto é o declínio do já pouco apoio às actividades culturais e o seu apoio pelo governo, organizações de desenvolvimento e ONGs, em especial nas zonas rurais. Em geral, não é dado grande destaque à «cultura», nem nos orçamentos dessas organizações, nem nos orçamentos das empresas que patrocinam grupos culturais para comercializar os seus produtos. Uma excepção é o apoio a grupos locais de dança e teatro para a promoção da prevenção do HIV/SIDA. Para isso, solicita-se a esses grupos que transmitam mensagens pré-fabricadas, sem criatividade e inovação próprias. Holzhausen cita um jovem artista dizendo: «O SIDA está a destruir a nossa imunidade mental. Deixámos de ser livres de falar dos problemas que realmente nos preocupam. Parece que não teríamos cultura, se não tivéssemos o SIDA» (Holzhausen, 2007: 39).

Nestas condições, a juventude no meio rural de Moçambique está a perder as perspectivas de um futuro possível, que, por esforço próprio, dê oportunidades de bem-estar, rendimento, realização e pertença. Na ausência de tudo isto, os jovens podem ficar isolados ou marginalizados, com uma atitude de que «não há futuro» e, dessa forma, com tendência a participar em actividades e práticas ilícitas e/ou violentas que permitam, pelo menos, algum alívio temporário do stress mental e das pressões socioeconómicas que a sua situação está a criar. A militância por uma causa «revolucionária» que finge fornecer uma solução

para a situação dos jovens é outra opção, como se pode observar a partir do exemplo dos jovens urbanos.

3.2.2. Jovens urbanos e militância política

A tendência para se juntar a um movimento militante que luta contra o Estado e o seu partido dominante torna-se visível e audível nas seguintes notas pessoais tomadas por ocasião de uma sessão pública organizada pelo Parlamento Juvenil de Moçambique, realizada em Maputo, a 3 de Maio de 2013 e para a qual, para surpresa minha, fui convidado.

A carta de convite do Parlamento Juvenil vinha assinada com «Saudações revolucionárias» e havia no ar um sentimento de revolução no Teatro Gilberto Mendes, no centro de Maputo, na manhã do dia 3 de Julho. A sala estava cheia, com cerca de 600 pessoas, muitas delas de pé nos corredores. Representavam organizações moçambicanas como a Liga dos Direitos Humanos, a Associação Médica Moçambicana, instituições académicas e de pesquisa, municípios, associações profissionais e vocacionais, grupos femininos, juvenis e culturais, ou simplesmente «nós, o povo», como salientou um orador. As pessoas tinham vindo para debater o «estado da nação – onde estamos, para onde vamos?»

A avaliação do «estado da nação» pela assembleia do Parlamento Juvenil dá-se num momento em que se assistiu em Muxungue, na província de Sofala, ao retomar de actividades militares, anunciadas por um ex-general da Renamo e que visam impedir a livre circulação de pessoas e bens no eixo norte-sul e forçar o governo a fornecer escolta militar armada. A assembleia era nova tanto no sentido em que foi convocada por uma organização não governamental que diz representar a juventude, a maioria dos moçambicanos, e no sentido em que chama a si um privilégio até agora concedido pela Constituição apenas ao presidente do país: o discurso anual do estado da nação à Assembleia da República. Neste discurso anual à Assembleia da República, o presidente Guebuza constatou repetidamente que, apesar de todas as dificuldades e desafios, Moçambique estava, sob a liderança e a orientação da Frelimo, «num bom caminho» para o desenvolvimento socioeconómico e a consolidação da paz e da democracia.

Da análise do «estado da nação» pela enorme assembleia resultou uma imagem bastante diferente. As palavras introdutórias do presidente dos Parlamentos Juvenis, segundo o qual «ambas as partes, a Frelimo e a Renamo, detinham o poder à custa da exclusão da maioria dos moçambicanos», constituindo assim uma «ameaça à paz e à democracia», foram recebidas com estrondosos aplausos. Vários oradores convidados apontaram a Frelimo e criticaram-na por ser um partido que reivindicou um supos-

to «monopólio herdado de poder e da riqueza», que se transformou numa «empresa» política e económica com uma mentalidade militar, controlando o Estado, as forças de segurança e a economia, e com «vontade de permanecer no poder para sempre». Afirmou-se que o partido, sob a actual liderança, sofria de uma doença chamada «guebuzite», com sintomas típicos de ganância, enriquecimento pessoal, corrupção e exclusão social. Por isso, concluiu o orador, a Frelimo e o seu presidente tinham de ser afastados do poder. Vários oradores expressaram efusivamente o seu acordo com este lema – o que levou o público a cantar num tom ensurdecedor: Fora Guebuza, fora Guebuza!». Outro orador que se apresentou como presidente da «associação de canalizadores e pedreiros» afirmou que a única maneira de lutar contra as concessões da Frelimo era aderir à «via de Muxungue» da Renamo. Um jornalista sugeriu que Muxungue já estava a povoar o imaginário de jovens e crianças, quando cantam «vamos a Muxungue». Alguns participantes na assembleia reunião aplaudiram ruidosamente, um aplauso que foi sufocado por um momento de silêncio arrepiante.

Um exemplo histórico e revelador de um jovem que «foi para Muxungue», ou seja, que se juntou à Renamo, é o de um homem chamado Tchopa (pseudónimo), que estaria na casa dos vinte quando foi entrevistado. A sua história é contada por (Bertelsen, 2017a: 5). Desiludido com o baixo rendimento económico das actividades agrícolas e de uma banca num dos mercados de Chimoio, insuficientes para se sustentar a si próprio, à sua companheira e aos seus filhos, Tchopa desapareceu em 2013, para se juntar à Renamo na região da Gorongosa na província de Sofala. No contexto deste artigo, é relevante examinar os motivos de Tchopa, tal como relatados por Bertelsen, com base numa entrevista do autor a Tchopa (Bertelsen, 2017b:5):

- Bjørn: Então, voltou! Onde esteve desde que partiu em 2013?
- Tchopa: Eh pá, mano, estive na Gorongosa. Tive de sair daqui, você sabe. A vida aqui não prestava.
- Bjørn: Eu compreendo. E a vida é melhor na Gorongosa?
- Tchopa: A vida é boa, sim! Juntei-me lá a eles [Renamo], depois de primeiro tentar lá fazer machamba também. Mas foi como aqui: trabalho duro e nada de ganhar dinheiro. Então, eu juntei-me a eles, assim que pude.
- Bjørn: Agora, a guerra é perigosa. Não é perigoso fazer parte da Renamo?
- Tchopa: Ah, não sei. A vida é barata aqui em Moçambique, de qualquer maneira. Isso

agora você já deve saber, mano. Mas, para mim... Renamo é só um nome. Mas a guerra é boa. Dá oportunidades para coisas. Posso comer carne muitas vezes. Sou respeitado pelos outros, pelas pessoas de lá [da Gorongosa].

Bjørn: O que significa que «Renamo é só um nome»?

Tchopa: Você sabe que eu sempre detestei a Frelimo, não sabe? São de Maputo e são ricos porque nós somos pobres. Eles roubam. Também nos dizem o que podemos fazer e o que não podemos fazer. Eu não gosto disso. Então, eu junto-me aos que combatem a Frelimo e Maputo. Mas Renamo? Ah, não tenho certeza de quem são... Qualquer pessoa pode juntar-se a eles, e qualquer pessoa pode sair. Você pode participar na guerra, ou pode fazer uma pausa, como eu faço agora. Então, é um lugar de oportunidade, está a ver?

3.2.3. Juventude rural e redes criminosas – o caso da caça furtiva

Um terceiro exemplo é o caso de jovens do sexo masculino recrutados como caçadores furtivos no negócio ilícito do comércio de chifres de rinoceronte no Parque Nacional do Limpopo e ao seu redor, perto de Massingir, província de Gaza. Neste caso, não é necessariamente uma violência abertamente admitida e politicamente motivada, mas sim violência contra animais que fazem parte dos bens do parque nacional e, portanto, do Estado¹⁷. Os jovens ganham o seu sustento trabalhando para «homens grandes» locais, que se diz serem os pivôs desse esquema transfronteiriço de caça furtiva e do comércio para o Vietname, Hong Kong e Iémen, e que até se diz «controlarem» a administração e a polícia locais (Der Spiegel, 2015). Segundo uma reportagem da revista alemã Der Spiegel, a caça furtiva e a caça ilegal representavam, na época, a principal fonte de receita da região de Massingir, garantindo uma enorme margem de lucro. Para os jovens locais (rapazes), é a maneira mais fácil de ganhar dinheiro rapidamente, mesmo quando o «homem grande» local avisa que «enriquece-se depressa, mas morre-se jovem» (ibid.). O comércio transfronteiriço ilícito de rinoceronte não só «ameaça a viabilidade do rinoceronte na natureza (...) [mas] tem igualmente dado azo à morte de centenas de suspeitos de caça furtiva às mãos de funcionários de conservação sul-africanos» (Lunstrum & Givá, 2018: 1)¹⁸, sendo muitos desses suspeitos provenientes de Moçambique. A principal motivação da maioria desses jovens é escapar ao stress da «desigualdade radical» (Lunstrum & Givá, 2018) à ameaça da pobreza. Segundo eles, a caça ao rinoceronte constitui uma maneira de sair de ambas estas situações e um

¹⁷ Pode fazer-se uma analogia com o Parque Nacional da Gorongosa e as zonas adjacentes. As populações locais relacionam o Parque com o Estado. A reacção à tentativa de alargar o parque para a vizinha Serra da Gorongosa foi incendiar uma parte da vegetação (comunicação pessoal).

¹⁸ O autor está em dívida para com os autores pela autorização para citar o seu artigo de pesquisa ainda por publicar, que se baseia em trabalhos de campo e entrevistas na área de Massingir.

meio de ganhar somas consideráveis em pouco tempo, uma escolha atractiva na ausência de alternativas e mesmo tendo em conta os elevados riscos de ser preso ou morto pelas autoridades. As seguintes entrevistas explicam esses rapazes e o dilema que se lhes coloca a eles e às comunidades a que pertencem:¹⁹

A maioria das pessoas está desempregada e a vida é difícil. Os empregos na África do Sul, que eram aquilo a que recorriamos, também se tornaram escassos, e a agricultura tornou-se difícil por causa da seca. Então, havia jovens por aí que facilmente se deixam seduzir pela rede de caça furtiva.

Outro homem entrevistado pelos pesquisadores confirma que os jovens que se juntam aos caçadores furtivos são motivados pela fome, pela honra e pela falta de dinheiro, muitas vezes encorajados pelas esposas, que sonham com uma vida melhor e ameaçam deixar os maridos se eles não lhes derem comida, melhor habitação e algumas comodidades. Parece ser comum a tentativa de recrutamento por pares para «negócios de caça furtiva», como sugere o seguinte entrevistador:

Os jovens que vão para o mato estão a ser recrutados, porque estão desocupados nas aldeias. [Os caçadores furtivos estabelecidos] atraem os outros provocando-os, dizendo-lhes que continuam a ser pobres porque são preguiçosos e medrosos, não são homens a sério. E essas mesmas palavras são repetidas pelas esposas ou pelos parentes, incentivando-os a entrarem para uma rede de caça furtiva.

Os benefícios monetários da caça furtiva parecem corresponder aos elevados riscos que implica. O rendimento gerado pelos curtos períodos de caça furtiva é muito alto em relação aos níveis locais de rendimento e incentiva a repetição dos compromissos de caça furtiva desses jovens. O rendimento gerado por um período de caça furtiva pode ir até aos 200.000 MZN [3.300 USD], muito mais do que pode render o trabalho assalariado na vizinha África do Sul. Diz-se que os jovens «vão para a cama pobres e acordam ricos» (Lunstrum & Givá, 2018).²⁰ Isso pode, contudo, criar uma dependência dessa fonte de rendimento e habituação ao poder de compra e padrões de consumo que permite. Grande parte do dinheiro é gasto em álcool, carros e mulheres, gerando um efeito de ostentação perante os jovens que não participam na caça furtiva. Outros envolvidos no negócio da caça furtiva ao rinoceronte investiram seus ganhos ilícitos em habitação, projectos comunitários e

¹⁹ Todas as entrevistas de Lunstrum & Givá (2018: 11-14).

²⁰ Pesquisas recentes sobre incêndios no Parque Nacional da Gorongosa e ao seu redor mostram que o mesmo se aplica à caça furtiva, para a qual as queimadas são um dos métodos aplicados. Numa entrevista, diz um ex-caçador: «Eu era bom caçador (...) Tinha sempre dinheiro quando caçava. Muito dinheiro (...) Era tão bom que, quando voltava do mato, estavam à minha espera (...) [com] carros e colemans [caixas refrigeradoras] (...) para levar a carne (...) Eu roubei muito ao parque.» (Weimer, em curso).

actividades produtivas. No entanto, isto cria também um círculo vicioso de jovens que a comunidade perde no negócio de caça furtiva, mortos ou detidos. Algumas aldeias dizem que estão «a ficar sem homens» (Lunstrum & Givá, em curso).

Em conclusão, pode-se ver que esses três estudos de caso breves dão uma imagem problemática, embora realista, não apenas dos dilemas e do futuro da juventude, mas também das consequências de se envolverem em actividades armadas, militantes e ilegais, que têm como alvo, de uma ou doutra forma, o estado da Frelimo e a OAL estabelecida. Cada vez mais alienados da sua cultura e daquilo a que o sociólogo alemão Ferdinand Tönnies conceptualizou como *Gemeinschaft* (comunidade), por um lado, e, por outro, não integrados pela *Gesellschaft* (sociedade), que os marginaliza socioeconómica e educacionalmente, etc., esta juventude é o perfeito exemplo dos objectos de processos que Touraine, o sociólogo das sociedades pós industriais, referiu como «desmodernização» das sociedades, levando a «fracturas sociais e rupturas de laços sociais» (Touraine, 2004). Uma consequência provável é, pois, que os jovens das zonas rurais não se sintam «em casa» na sua própria terra e seja, por isso, vulnerável a todo o tipo de atracções, ideologias e práticas, que escolhem nos media globalizados e através dos seus pares, que lhes prometem dinheiro, sucesso e um sentido de pertença (Rosenberg, 2017). Os três exemplos mostram o que parece uma influência cada vez maior de grupos de pares, dos seus hábitos, opiniões e padrões de consumo, na sedução de jovens para actividades na margem da lei ou fora dela, um ponto que é abordado de novo mais adiante, no caso de tendências globais associado com tendências religiosas radicais dos jovens. Com cada vez menos referências culturais e com necessidades insatisfeitas de instrução, orientação e aconselhamento por parte de professores e pais competentes e compassivos, juntamente com baixos níveis de qualificação profissional e poucas perspectivas de uma agricultura rentável que assegure meios de subsistência razoáveis, está criado o cenário para jovens marginalizados e sem poder. Isto torna os potencialmente vulneráveis a serem presas dos seus pares que pertencem a movimentos militantes, grupos criminosos ou grupos religiosos sectários, todos eles aceitando com promessas de uma vida melhor, isto é, dinheiro, ganhos materiais, algum grau de liberdade e «boa vida», um sentido de pertença e salvação religiosa.

Poder-se-á dizer que estes exemplos são necessários e suficientes para explicar a propensão da juventude para aderir a um movimento militante? Talvez. Mas o facto é que os jovens moçambicanos, em particular os que vivem nas zonas rurais do país e na periferia dos centros urbanos, são desfavorecidos de muitas maneiras, nomeadamente em termos de acesso a uma educação razoável, a emprego decente e a rendimento. Isso fá los sentir «inúteis e impotentes» numa situação em que vêem, através dos meios de comunicação, um mundo de que desejam fazer parte. Alcinda Honwana definiu apropriadamente esta situação com

o termo *waithood*, «idade da espera» (Honwana, 2012; 2013). O stress associado à «idade da espera» e a potencial negação do acesso ao mundo melhor que se imaginou – a idade adulta, rendimento e uma vida com significado – ficam frustrados e tornam-se potencialmente agressivos (Holzhausen, 2007; Honwana, 2012)²¹. Sem muita escolha e liberdade de escolha, podem optar por um «meio de subsistência», inseridos apenas no exército urbano de desempregados à procura de emprego ou, em termos marxistas, Lumpenproletariat, ingressar num grupo rebelde ou ser radicalizados através de uma seita religiosa militante. Nas partes de África mais próximas da Europa, esses jovens lançam-se num arriscadíssimo e dispendioso «slalom» entre as autoridades corruptas, a escravidão na Líbia, o naufrágio e o afogamento ao atravessar o Mediterrâneo, e a detenção e a deportação à chegada.

3.3. Existe uma ameaça militante islamista ao Norte de Moçambique?

Voltando ao caso de Mocímboa da Praia, três meses depois do início visível dos ataques armados, tendo a responder afirmativamente a esta pergunta, apesar da falta de evidência e análises sistemáticas e sólidas, nomeadamente por estudiosos e jornalistas que conheçam bem a região e falem as línguas locais. Concordo de facto com Adam, Morier-Genoud e outros que, por enquanto, os eventos de Mocímboa precisam de ser cuidadosamente analisados a este respeito e o contexto atrás descrito tem de ser tido em consideração.

No que diz respeito às causas do conflito, o jornal *Savana* vê, numa manchete, uma «aliança entre fanatismo religioso, analfabetismo e pobreza» em acção na parte muçulmana de Cabo Delgado – uma tese apoiada no geral pelo estudo do PNUD citado na secção seguinte (Nhantumbo, 2017). Também no caso da «guerra» de Mocímboa, a dinâmica do conflito local descrito atrás, a presença de investimentos de larga escala com as suas promessas de riqueza para alguns, a exclusão social e a perspectiva de que «não há futuro» para os rapazes pobres e analfabetos do tornam a região propensa a transformar-se num palco de guerra de baixa intensidade, em que grupos militantes de tendências jihadistas e com ligações a jihadistas nos países a norte de Moçambique (por exemplo, a Tanzânia) desempenham um papel importante. A intervenção militar das forças de segurança de Moçambique confirma esta interpretação.

Por outras palavras, a sequência de eventos desde Outubro de 2017 tornou claro até que ponto um movimento ou um braço islâmico militante tem vindo a criar raízes nas províncias de Cabo Delgado e Nampula nos últimos anos, tendo como alvo instituições governamentais, infra-estrutura estratégica e outros alvos «militares». Um estudo realizado em

²¹ Na filosofia asiática (budista), as expectativas irrealistas geram automaticamente frustração, resultando amiúde em raiva, ódio e violência.

fins de 2016 e início de 2017 tinha já apresentado evidência de actividades de militantes islâmicos no norte de Moçambique, incluindo o incêndio criminoso de um lugar de culto cristão em Mocímboa da Praia (Swiss Peace, 2017). E os jornalistas de Savana mostraram recentemente que o Islão sectário e radical conseguiu criar uma rede de mesquitas na zona. Diz-se que, na realidade, os líderes muçulmanos locais na área teriam alertado o governo sobre isto já alguns anos atrás, tendo este ignorado o aviso. Esses líderes religiosos, citados no artigo do Savana, confirmam que um dos factores que desencadearam esse conflito é o retorno de jovens treinados e radicalizados em escolas corânicas no Sudão e noutros países, com bolsas concedidas indirectamente pelos estados do Golfo, seguindo a tradição sunita wahhabi (Savana 2017a). O resultado de ambas as causas, a pobreza e a radicalização religiosa, é o surgimento de um movimento rebelde armado, referido pelos seus membros como Al Shaabab, mal treinado militarmente, mas com algum abastecimento de armas e firme na sua ideologia anti-estatal e pró-sharia.

Uma das questões-chave é, portanto, o que permitiu que um movimento tão radical e armado se estabelecesse e criasse raízes numa «paisagem» religiosa muçulmana que pode ser considerada pluralista. Como aponta o cientista político e professor de relações internacionais alemão Bassam Tibi, o islamismo pode ter muitas dimensões contextuais e regionais, incluindo as religiosas, culturais, políticas, legais, ideológicas, etc. (Tibi, 2005). A sua principal distinção de base entre o islamismo «do povo», ligada às vertentes sufis da prática religiosa, e o «islamismo estatista», uma forma mais ortodoxa de prática religiosa ligada a uma ideologia «puritana», estruturas organizativas formais e ligadas ao «Estado» e à lei da sharia, parece fazer sentido no caso do norte de Moçambique e das suas áreas costeiras. Bonate (2007; 2010) distingue entre grupos sufis da tradição sunita, organizados no Congresso Islâmico de Moçambique, por um lado, e, por outro, vertentes mais ortodoxas do Islão, também ligadas ao comércio e aos negócios e associados com o wahhabismo. Estes últimos estão organizados sob a égide do Conselho Islâmico de Moçambique (CISLAMO). A primeira vertente abrange remanescências de associações muçulmanas pré-coloniais e ordens sufis, bem como comunidades indianas sunitas organizadas na Comunidade Mahometana de Moçambique, «todas compartilhando uma posição anti wahhabista» (Bonate, 2007: 587). No início da década de 1990, o governo da Frelimo promoveu a fundação da CISLAMO, para dar uma plataforma para todas as organizações muçulmanas. Esta jogada foi motivada por receios de que os muçulmanos moçambicanos tivessem simpatia pela Renamo, devido à radical posição antimuçulmana e anti sufi da Frelimo durante a guerra de libertação, já que eram consideradas obscurantistas e em desacordo com os requisitos para criação do Homem Novo. O falecido xeique Abdurrazaque, da província de Nampula, antigo chefe da delegação provincial do Congresso Islâmico de Moçambique (e da Associa-

ção Moçambicana de Curandeiros Tradicionais, AMETRAMO)²² é um exemplo da mudança de atitude da Frelimo em relação aos muçulmanos: patrocinado pela Renamo após o AGP de 1992 no seu Hajj a Meca e Medina, foi seleccionado pela Assembleia da República com maioria da Frelimo para se tornar membro do Conselho de Estado, um órgão consultivo do Presidente.

Bonate fala também de uma vertente do islamismo, Ahl Al Sunna, que ela afirma ter adquirido maior importância religiosa e influência política a partir de 1990 (Bonate, 2010). Partes desta orientação islâmica sunita estão ligadas ao wahhabismo na Arábia Saudita, que se diz ser uma forma mais «puritana»²³ e ultraconservadora do Islão sunita, que interpreta as escrituras sagradas de uma maneira literal (Bonate, 2007). Esta influência radical também é projectada através de outros países árabes e asiáticos, por exemplo, pela Agência Muçulmana Africana, uma «organização de ajuda ao desenvolvimento» sediada no Kuwait. Tem apoiado a construção de mesquitas e poços de água. Diz-se que organizações europeias ligadas ao Ahl Al Sunna são responsáveis pela radicalização da juventude.

Além desses grupos sunitas, as manifestações xiitas do islamismo são uma minoria em Moçambique. Um grupo, os ismaelitas nizaris, sob a égide da Fundação Aga Khan, dão grande apoio aos muçulmanos em Cabo Delgado, principalmente na educação (também para meninas) e no desenvolvimento rural. Encontram-se irmandades sufis em Nampula, Cabo Delgado e ocasionalmente em Niassa. Opõem-se à influência wahhabi e só formalmente aceitam os benefícios de fazer parte do CISLAMO e os que recebem da Agência Muçulmana Africana, muitas vezes continuando as suas práticas religiosas, como o dhikr (Britannica, 2020)²³ e o molidé²⁴ nas suas pequenas mesquitas locais originais. Alguns dos seus líderes vivem tradicionalmente na Ilha de Moçambique, o centro de, por exemplo, a confraria de Cadria al Baghdad.

Dado esse pluralismo, parece óbvio que os conflitos sobre ensinamentos, doutrinas e práticas religiosas, e inclusive sobre a interpretação da sharia como sistema jurídico religioso, também existem no norte de Moçambique. Por exemplo, as vertentes do «islamismo estatal» vêm certas práticas sufistas como uma aberração da doutrina «pura». Isso reflecte-se nas posições anti-sufis (e por implicação, posições anti Congresso Islâmico) do CISLAMO (Bonate, 2010).

Isto é também confirmado por um líder de uma confraria de Nampula. Segundo ele, Ahl Al

²² Associação de Médicos Tradicionais de Moçambique.

²³ Segundo a Encyclopaedia Britannica, dhikr ou zikr é uma «oração ou litania ritual praticada por místicos muçulmanos (sufis) com a finalidade de dar glória a Deus e obter purificação espiritual».

²⁴ Termo para designar o dhikr ligado ao êxtase, baseado em percussão e dança. Por vezes, em pleno transe, os praticantes espetam pequenos agulhões no corpo sem que isso os faça sangrar.

Sunna penetrou em Moçambique em duas fases. A primeira fase começou com a implantação da escola de pensamento religioso wahhabi a partir de 1982, associada ao estabelecimento do Conselho Islâmico, em Maputo, que foi também politicamente reconhecido pelo Departamento de Assuntos Religiosos do Ministério da Justiça. Durante essa fase, os filhos de xeiques e imãs foram enviados para a Arábia Saudita e para o Sudão para estudos religiosos. Na época, os líderes de confrarias, como o falecido xeique Amur da Ilha de Moçambique, recusaram-se a que os seus filhos recebessem bolsas de estudo para esse fim. A segunda fase, a partir do início da década de 1990, incluiu o trabalho religioso «missionário» com os imãs e as madrassas nas suas mesquitas, na disseminação da forma «puritana» do Islão associada ao wahhabismo, nomeadamente com apoio de professores e formadores estrangeiros (por exemplo, do Sudão e do Paquistão). Esta fase também viu o enraizamento da Agência Muçulmana Africana, que começou na zona de Nacala, na província de Nampula. Além de disponibilizar fontes de água e construir mesquitas, a Agência também pagou «remunerações» a imãs leais. Uma terceira fase ter-se-ia iniciado a partir do Bairro Belenenses na cidade de Nampula, onde vivem muitos imigrantes muçulmanos da África de língua suaíli, que fazem negócios e comércio. Dizem que professam e difundem formas mais radicais e puritanas da doutrina de Ahl Al Sunna, com enfoque na introdução da sharia, e, por conseguinte, no questionamento do Estado moçambicano assente na sua constituição secular (Macua Blog, 2004).

Seja como for, tendências e interpretações específicas do islamismo, como as vertentes wahhabistas da Ahl Al Sunna, podem, em circunstâncias e contextos específicos, ser um «vector» provável para explicar ataques militantes a instituições e personalidades que representam o Estado. Outros determinantes, juntamente com formas religiosas ou paroquiais e nacionalistas de radicalismo, pobreza e uma perspectiva de que «não há futuro» da parte dos jovens devem também ser tidos em conta para uma análise sóbria e mais completa de conflitos, da violência política e da sua prevenção ou da mitigação de conflitos inter religiosos e interislâmicos.

Na minha opinião, a recente guerra de baixa intensidade no norte de Cabo Delgado não resulta apenas do descontentamento de jovens com o governo local que se associam ao movimento radical muçulmano, mas esteja intrinsecamente relacionada com o grande investimento em GNL – se não foi desencadeada por ele –, com as suas consequências de contínua marginalização de uma parte significativa da população local, ou seja, os falantes de muâni das zonas costeiras. Aparentemente estes partem do princípio que a elite maconde tem participação nesses investimentos. Sou também da opinião de que é duvidoso que um conflito dessa natureza possa ser «ganho» através de uma «governança militar». No entanto, dada a proximidade do «palco de guerra» relativamente aos investimentos de

larga escala em GNL no distrito de Palma, não é improvável que se busquem continuamente intervenções militares internacionais e «soluções» pesadas sejam. Nesse caso, a guerra pode escalar ou transformar-se num conflito internacionalizado, como os que conhecemos da Somália ou do norte do Quênia. Há informações de que a polícia e as forças de defesa da Tanzânia já participaram, juntamente com as forças de segurança moçambicanas, no combate ao que se considerou um «ataque islâmico» nos distritos de Palma e Mocímboa da Praia, formalmente declarado actividade criminosa (Rhula Intelligent Solutions, 2018a). Diz-se que a situação de risco na ponta nordeste de Moçambique, abrangendo Mocímboa, Nangade e Palma, é muito alta (Rhula Intelligent Solutions, 2018b). Pode facilmente imaginar-se um cenário em que o conflito local é internacionalizado pela intervenção militar de exércitos privados, que participaram em «guerras» contra «terroristas» no Iraque, na Argélia, no Afeganistão e noutros países, em nome dos seus clientes (investidores, empresas, governos, etc.) para «proteger» investimentos, instalações e complexos residenciais, particularmente no sector da energia. Nesta perspectiva, a aquisição prevista da altamente endividada Empresa Moçambicana de Atum (EMATUM), da Proindicus e da Moçambique Asset Management (MAM), pela empresa de segurança Frontier Services Group, com sede em Hong Kong e pertencente a Erik Prince (Reuters, 2017; The Washington Post, 2017)²⁵, não é bom presságio para o fim da escalada militar do conflito (Club of Mozambique, 2018b; 2018c)²⁶. Por outro lado, a urgência de responder às necessidades das populações desprotegidas, incluindo os jovens, muitos dos quais se prevê que sejam reassentados no distrito de Palma, vai aumentando de dia para dia, nas circunstâncias actuais. O risco é que um diálogo honesto sobre a resolução do conflito no norte de Moçambique, que teria de incluir líderes religiosos e comunitários, se esteja a tornar menos provável, à medida que a animidade vai sendo estimulada por acções militares pesadas. Por causa desse ciclo vicioso e não só, é urgente um projecto de pesquisa abrangente sobre os conflitos, as suas causas e implicações, com enfoque no norte de Moçambique. A concepção e execução de contra-estratégias visando conter as potenciais ameaças – seja da parte de militantes islâmicos ou, como a polícia prefere considerar, de criminosos comuns – dependerão, em grande medida, dos resultados da pesquisa.

²⁵ Erik Prince, ex-soldado especial da Marinha dos EUA e apoiante do actual presidente americano, é o fundador da empresa militar norte-americana Blackwater, conhecida pelas suas violações dos direitos humanos no Iraque. A sua nova empresa oferece serviços militares privados na Líbia e no Afeganistão, entre outras actividades. Prince tem sido investigado pelo Departamento de Justiça dos EUA e outras agências federais por tentar negociar serviços militares com governos estrangeiros e por eventual branqueamento de capitais (Cole & Scahill, 2016). Prince, um apoiante confesso do presidente americano Donald Trump é tido como pessoa chave em facilitar um contacto de comunicação directo entre este e o Presidente Russo, Putin.

²⁶ No dia 7 de Março de 2018, os ministros dos negócios estrangeiros da Rússia e de Moçambique, Sergey Lavrov e José Pacheco, reafirmaram o seu empenho num programa de cooperação técnico-militar entre os dois países, incluindo um enfoque no combate ao terrorismo. Foi também anunciado pelo ministro José Pacheco que as partes chegaram a um acordo sobre a solução da dívida moçambicana para com o banco russo VTB, que serviu para aquisição de hardware e software para as empresas EMATUM, MAM e Proindicus.

4. Militância e radicalismo numa perspectiva global

4.1. Principais causas de militância e radicalismo político

Não há dúvida de que a exclusão social e a injustiça socioeconómica estimuladas pelo capitalismo neoliberal global são dos principais factores globais e nacionais que impelem à radicalização das populações rurais e, em particular, da juventude. Um estudo recente apresentado numa conferência organizada pelo Fórum sobre Populismo Autoritário e o Mundo Rural concluiu o seguinte:

Os modelos dominantes de crescimento económico não conseguiram servir a maioria, facilitando, pelo contrário, a acumulação pelo «um por cento» (...). Está a aumentar a desigualdade e estão a piorar a mobilidade social e as perspectivas da maioria das pessoas (...). Formas de «neoliberalismo progressivo» – erradamente apregoadas como social-democracia – não conseguiram deter a desilusão, a privação de direitos e a marginalização (...). Não basta ter como objectivo que os pobres venham a receber uma parcela igual do crescimento futuro; inverter a desigualdade requer uma redistribuição de riqueza e de rendimento (...). A economia da austeridade, imposta com as mais recentes convulsões do capitalismo, veio afectar tanto a classe média como os trabalhadores pobres (...). Tal como acontece com as anteriores vagas de austeridade, alguns dos piores impactos da retirada de apoio e serviços públicos fizeram-se sentir em zonas rurais (...). (Scoones et al., 2017: 3).

Relativamente a isto, a juventude dinâmica, a maior parte das populações africanas, está entre as mais desfavorecidos «populações marginalizadas e abandonadas», muitas vezes sem educação sólida e relevante, e cada vez mais sem vínculo à agricultura e à família, características das gerações mais velhas das populações das zonas rurais de África. Cada vez mais alienados da sua cultura, poucas ou nenhuma perspectivas têm de rendimento regular e acesso ao mercado de trabalho – não conseguindo realizar os sonhos importados de outros lugares, através dos media e das redes de informação globais. São estes sonhos o reservatório dos que migram em busca de «prados mais verdes» e uma vida com significado noutros lugares? Sob certas condições, tratadas mais adiante, uma percentagem desconhecida desses jovens é vulnerável a iniciar uma «jornada rumo ao extremismo», como sugere o título de um estudo recente (UNDP, 2017).

Tem-se observado no mundo inteiro um surto de actores militantes não estatais, incluindo os de pendor religioso (e não apenas facções da fé muçulmana) tem sido observado em todo o mundo. Consoante a ideologia, a doutrina e a oportunidade, têm como alvos indivíduos, populações e grupos religiosos, espaços públicos e infra-estrutura, bem como

instituições do estado e empresas capazes de produzir «erupções e rupturas» violentas em praticamente qualquer lugar dos sistemas internacionais de estados nações, muitos deles por consolidar e sob várias formas de pressão financeira, étnica e política. Além dos motivos individuais e das doutrinas grupais, estes actos de extremismo têm de ser uma reacção à ordem económica e política global dominante, economicamente cada vez mais exclusiva e injusta, mesmo em estados grandes e poderosos como a Rússia e a China, que aderiram a essa ordem. A OAL global espelha-se nas OAL locais, como a diagnosticada atrás no caso de Moçambique. Esta ordem enfraqueceu, destruiu ou suplantou ordens sociais anteriores, baseadas no parentesco, na solidariedade e na «economia do afecto» – como vimos atrás, no caso de Moçambique rural –, alheando as pessoas umas das outras, da comunidade, das gerações, da terra e dos meios de subsistência. Em vez disso, essa nova ordem globalizada democrática e liberal, cada vez mais excludente e gentrificada, faz com os jovens desenraizados das zonas rurais se tornem competidores num mercado internacional de mão-de-obra (barata) e bens de consumo (incluindo mulheres, crianças, partes do corpo, etc.). Eles não estão acostumados, porém, a uma economia socialmente «fria» de bens e de consumo, sem elos sociais, sem ética, sem afectos, sem solidariedade e sem responsabilidade geracional. Atran, um conhecido estudioso dos conflitos globais, cita uma afirmação de um jovem militante muçulmano: «A Sharia é Deus dizendo-nos o que fazer (...). A democracia são humanos causando guerras e desconfiança. Ser livre para fazer o que se quiser cria muitos problemas e divisões e corrupção na sociedade» (Atran, 2017). A noção de democracia e neoliberalismo como «guerra e desconfiança» também é um tópico pertinente na política na África do Sul, particularmente na política relativa aos Zulus (Hickel, 2015).

Vários estudos recentes, citados numa recente avaliação de conflitos e segurança (Swiss Peace, 2017), confirmam que a pobreza generalizada, o deslocamento forçado, a insegurança alimentar e a marginalização política são as queixas mais frequentes e os factores que causam radicalização e militância da juventude em África – explorados por grupos como o Al-Shabaab, no Quênia e na Somália, o Exército de Resistência do Senhor, no Uganda, ou o Movimento de Libertação do Sudão Abdel Wahid al Nur (SLM-AW) para fins de recrutamento.

O recrutamento maciço para movimentos militantes não é, porém, um processo do topo para as bases, mas sim entre pares, ocorrendo num contexto em que «redes pessoais com as suas bases em bairros de imigrantes e cidades compactas e territórios estrangeiros continuam a ser essenciais para o recrutamento» (Atran, 2017). O autor não vê aqui diferença entre jihadistas e supremacistas raciais e as suas organizações e redes clandestinas. Em ambos os casos,

as as pessoas mais susceptíveis de aderirem a grupos radicais são adolescentes e jovens

na casa dos vinte anos, que procuram comunidade e finalidade. A atracção da comunidade é especialmente forte onde existam sentimentos de exclusão social ou de desintegração da comunidade, acompanhados ou não de carência económica. É a procura de realização pessoal que mais imediatamente impele à acção e ao sacrifício, incluindo à vontade de lutar e morrer – especialmente quando esse objectivo é sentido como sendo em defesa de valores transcendentais dissociados de custos ou consequências materiais (Atran, 2017).

Realçando a necessidade de uma melhor compreensão do mundo e das perspectivas da juventude, o mesmo autor conclui que

[o]s jovens em particular precisam de um lugar especial na nossa compreensão das tendências políticas regressivas actuais e das possibilidades de mudança progressiva (...). Historicamente, os jovens têm estado na vanguarda dos movimentos de renovação progressiva e de novas formas de fazer política, desafiando a autoridade como «vanguarda da mudança» (...). Os novos regimes que ajudaram a instalar também os vêem como um veículo político que já não deve desafiar mas antes legitimar e defender a nova ordem, e cuja crítica é agora indesejável (...). Em muitos países, as organizações juvenis patrocinadas pelo Estado visam «domesticar» e canalizar as aspirações dos jovens de forma a suprimir a mobilização política autónoma (Scoones et al., 2017: 4).

Ainda assim, este apelo urgente para tentar resolver as questões sociais, económicas, culturais e religiosas relacionadas com as necessidades e perspectivas da juventude, particularmente em África, só gradualmente se vai reflectindo na formulação de políticas e na cooperação para o desenvolvimento. A 5ª Cimeira de Chefes de Estados e Governos da União Africana e da União Europeia, realizada nos dias 29 e 30 de Novembro de 2017 em Abidjan, na Costa do Marfim, foi a primeira reunião de alto nível em que se abordaram estas questões e encontrou uma plataforma comum para encontrar abordagens e soluções exequíveis para os desafios com que os jovens se defrontam. O seu tema central foi «Investir na juventude para um futuro sustentável». Resta saber em que medida e de que forma estes «investimentos» se farão e darão frutos.

4.2. O que leva à militância entre os jovens africanos?

Nesta secção, são apresentadas as principais conclusões de um estudo recente já referido atrás, intitulado Jornada rumo ao extremismo em África (UNDP, 2017). Este estudo procura preencher uma fundamental lacuna de informação sobre a relação entre o Estado, a pobreza e a adesão de jovens a movimentos militantes (religiosos). Com base em entrevistas, for-

nece um conjunto de factos comprovados, analisando causas, consequências e trajetórias em que assenta o extremismo violento e abordagens para o impedir.

Quais são os factores críticos que explicam o pendor dos jovens para se juntar a movimentos militantes? As principais conclusões, a maioria dos quais remetem para os tópicos tratados em secções anteriores deste artigo, podem resumir-se da seguinte forma (UNDP, 2017: 4):

- Nascer num lugar periférico, rural, pobre e marginalizado, com pouco acesso a serviços sociais e educação e uma percepção de falta de participação dos pais na vida da criança são determinantes para se tornar vulnerável ao recrutamento para um grupo militante ou extremista.
- A falta de educação escolar é um factor essencial. A alfabetização e a educação são baixas entre os indivíduos que aderiram a grupos extremistas violentos, como é baixa também a sua experiência de participação cívica na infância.
- Uma visão do mundo moldada nessas circunstâncias, em que à religião corresponde pouca literacia religiosa, é um factor significativo para que uma juventude se radicalize. Cinquenta e um por cento dos entrevistados seleccionaram a religião como motivo para aderir a um movimento militante. No entanto, cerca de 57% dos inquiridos também admitiram ter pouca ou nenhuma compreensão dos textos religiosos. Na verdade, uma duração acima da média de escolaridade religiosa parece ter sido uma fonte de resiliência.
- Os factores económicos constituem uma importante motivação para a militância. Os ressentimentos provocados por ter-se crescido em contextos em que a pobreza multidimensional é elevada e muito mais profunda do que as médias nacionais, com a realidade vivida do desemprego e do subemprego, tornam os «factores económicos» uma fonte importante de frustração identificada por aqueles que aderiram a grupos extremistas violentos. O emprego é a «necessidade imediata» individual mais referida no momento da adesão.
- Queixas e pouca confiança relativamente ao governo são generalizadas nas regiões de África onde se regista maior incidência de extremismo violento. O descontentamento com o governo é mais elevado, com margens significativas, entre os entrevistados da *Jornada rumo ao extremismo* que foram recrutados por grupos extremistas violentos. Os principais indicadores são:
 - Acredita-se que o governo só cuida dos interesses de alguns.
 - Há pouca confiança nas autoridades governamentais e experiências de extorsão de pagamentos.
 - As queixas contra os órgãos de segurança do Estado (policia, militares, etc.) e

- políticos são particularmente assinaladas, com uma classificação média de 78%.
- Os mais susceptíveis ao recrutamento expressam um grau de confiança significativamente baixo no potencial das instituições democráticas para produzir progresso ou mudanças importantes. Confirma-se, porém, que a experiência positiva de prestação de serviços eficazes é uma fonte de resiliência: os entrevistados que acreditavam que a oferta de educação dos governos era «excelente» ou «estava a melhorar» tinham menos probabilidades de ser membros de um grupo extremista violento.
 - Quanto ao «ponto crítico», que faz com que um jovem decida aderir a uma organização militante, a marcante percentagem de 71% dos inquiridos indicaram uma «acção do governo», incluindo «matar um familiar ou amigo» ou «prender um familiar ou amigo», como sendo o incidente que os levou a aderir. Portanto, a repressão e os abusos dos direitos humanos pelas forças de segurança do governo têm de ser considerados um «destacado factor acelerador do recrutamento» e não o oposto.
 - Quarenta e oito por cento dos entrevistados entraram para a organização em questão num prazo de menos de um mês desde o primeiro contacto com ela e 80% em menos de um ano. Esta rapidez de recrutamento mostra a profundidade da vulnerabilidade com que se lida. As emoções de «esperança/entusiasmo» e «fazer parte de algo maior» foram elevadas entre aqueles que aderiram, o que mostra a atracção de possibilidade de mudanças radicais.
 - O estudo também confirma a predominância de práticas de recrutamento por pares e a natureza grandemente localizada do recrutamento. O recrutamento via internet e redes sociais é de menor importância.

Analisando o caso da África Ocidental, onde o Boko Haram e outros grupos ligados à Al Qaeda têm constituído uma ameaça para comunidades e governos na região sahel-sahariana, um estudo recente corrobora as conclusões do PNUD apresentada atrás (Ibrahim, 2017). Este estudo conclui que, além da disseminação global da ideologia jihadista, a adesão dos jovens a ideologias militantes, ao nível local, depende da capacidade dos «activistas» de mobilizar apoiantes, usando conflitos locais e reivindicações sociais e políticas como veículo. O deterioramento das condições de vida e a exclusão social em zonas marginalizadas constituem terreno fértil para essa mobilização.

Estas constatações podem ter grande relevância para avaliar as causas e consequências da violência em Moçambique, especialmente – mas não apenas – no contexto dos acontecimentos de Mocímboa da Praia. Olhando para o que se passou há cerca de 50 anos, também vemos nesta lista um ressurgimento de algumas das causas e condições que de-

sencadearam a fundação de grupos militantes, depois consolidados como movimentos de libertação, como é o caso da Frelimo, que muitas vezes foram denominados «terroristas» na época. Embora a causa da luta anticolonial e a sua militância tenham acabado por ser reconhecidas internacionalmente e apoiadas pela ONU, a sua «jornada rumo à militância» e as forças motrizes do recrutamento podem ter seguido o mesmo padrão. Haverá lições a aprender no contexto actual de «violent becomings» e um Estado e economia dominados pelos movimentos de libertação que agora se tornaram governos?

5. Conclusões e perspectivas

5.1. Conclusões

Dos seis estudos de caso e do esboço de dinâmicas sociais e económicas nacionais e globais que favorecem a violência política e religiosa atrás apresentados, gostaria de tirar as seguintes conclusões principais:

- Têm predominado na história pós-independência da guerra de Moçambique diversas formas e narrativas de violência localizada. Estas formas de violência não são necessariamente congruentes com as formas de guerra civil abrangidas pela dicotomia Renamo-governo da Frelimo, que tem sido sujeita a vários processos de resolução de conflitos e negociações de paz, na sua maioria conduzidos com mediação internacional. No entanto, as características de base dos conflitos locais ou da guerra são semelhantes: na guerra entre a Renamo e o governo da Frelimo (1977-1992) e nos conflitos actuais analisados atrás, os alvos eram os mesmos, nomeadamente as instituições (locais) do Estado da Frelimo, incluindo os seus representantes e projectos económicos e de desenvolvimento e investimentos.
- A violência política e os tumultos contra as instituições e representantes do Estado parecem fortemente relacionados com a extracção de recursos, em grande e pequena escala, e com investidores estrangeiros ou agências de financiamento. A narrativa do vampirismo (os chupasangues) na Zambézia ilustra a crença de que esses projectos e investimentos modernos relacionados com a extracção de recursos minerais, agrícolas e florestais não beneficiam a população e extraem a força («sangue») da população, em benefício de interlocutores locais ou de representantes da burguesia nacional de *compradores*.
- A percepção que existe da Ordem de Acesso Limitada estabelecida é que não consegue assegurar meios de subsistência, serviços públicos locais decentes e acessíveis, como abastecimento de água, emprego e rendimento para as pop-

ulações rurais e periurbanas; as diferenças na distribuição da riqueza extrema e a exclusão socioeconómica são uma motivação determinante para os ataques a pessoas e objectos, como o é também a falta de perspectivas de futuro dos jovens desfavorecidos do sexo masculino. Estes são também alguns dos principais factores que levam os jovens desprotegidos a aderir a movimentos militantes ou a redes criminosas, não só em Moçambique.

- A militância religiosa pode ser apenas uma das narrativas, regionalmente circunscrita em áreas predominantemente muçulmanas, particularmente na ponta nordeste da província de Cabo Delgado, em torno da futura indústria de exploração em grande escala de GNL. É um dos factores que sustentam a violência contra o Estado e o partido, mas está longe de ser o único. As maneiras de a cultura locais interpretar a desigualdade social e o subdesenvolvimento, como vampiros e leões artificiais que matam e debilitam as substâncias vitais das pessoas, fazem parte da narrativa. Isto implica a noção de pessoas poderosas, semelhantes a feiticeiros, associadas às «estruturas»²⁷ e com ligações internacionais extraindo a substância das pessoas, sob a forma simbólica de sangue, para benefício próprio.
- As pesadas reacções militares e policiais, praticadas ou prometidas como ameaça pelas autoridades, podem reprimir a violência esporádica, mas podem exacerbar a animosidade e o espírito rebelde a médio e longo prazo. Podem contribuir para uma escalada de violência, em vez de contribuir para a pacificação. Como mostra o estudo do PNUD atrás referido, é um factor que contribui decisivamente para os jovens se juntarem a movimentos radicais. A força policial muitas vezes é vista como desacreditada e corrupta, ao serviço de um estado e da sua elite, que ignora os interesses dos cidadãos e pode estar envolvida em crimes, conivência e colaboração com criminosos, apropriação de ganhos ilícitos do «sector informal», «ajustes de contas» e até justiça extrajudicial. É o que acontece em alguns dos conflitos analisados acima. A violência extrajudicial, como o linchamento de representantes locais do Estado, são uma consequência disto. Por outro lado, o caso do Boko Haram, na Nigéria, mostra que a juventude destituída que se volta para movimentos militantes e criminosos pode ser «conquistada» para a sociedade através de programas de formação e reintegração. O programa de *Corredor Seguro*, dirigido aos combatentes do Boko Haram que se renderam e arrependeram, oferece des-radicalização, reabilitação e reintegração em instalações financiadas pelo governo.
- Nos casos aqui discutidos, não parece existir nenhum esforço identificável por

²⁷ Na linguagem popular, estrutura significa uma pessoa que faz parte do Estado da Frelimo, com as estruturas mais elevadas muitas vezes sediadas na «nação» (Maputo).

parte das autoridades destinado a institucionalizar fóruns locais neutros para que as comunidades participem de maneira justa e equilibrada na resolução dos seus genuínos problemas, de forma justa e aberta. A estrutura e a lógica centralizada do Estado dominado pelo partido Frelimo, juntamente com uma atitude e uma prática da «guerra como governação», não permitira que isso fosse feito. A resolução de conflitos é relegada para iniciativas comunitárias, igrejas e mediadores «locais» num ambiente legal pluralista. Há visitas presidenciais em que podem ser apresentadas queixas, mas muitas vezes o acompanhamento é pouco e pouco eficaz.

- As tendências económicas e políticas globais vieram aprofundar a pobreza e a segmentação social, associadas à perda da identidade cultural, à migração da população rural para os centros urbanos mais ricos. Entre o milhar de milhões de pessoas mais carenciadas, isto tem-nas levado a aderir a redes globais militantes e violentas, não só de carácter jihadista, mas também dos movimentos de direita que pregam o racismo e a xenofobia. Ajudados pela carência, pela falta de um sentimento identitário e pela necessidade de dinheiro, recorrem principalmente a jovens desencantados como reserva para o seu recrutamento.
- Num mundo globalizado com cada vez mais acesso à Internet e às redes sociais, os conflitos e as queixas locais podem ser partilhados globalmente e as redes militantes globais conseguem instrumentalizar esses conflitos locais para os seus próprios fins e ideologias. Em África, contudo, o recrutamento de militantes pela internet constitui a excepção e não a regra, e o que prevalece é o recrutamento entre pares.

A análise acima corrobora os pontos de vista de vários autores citados neste artigo de que fazer corresponder a violência política do pós-guerra em Moçambique apenas a um conflito entre o governo e a Renamo é reducionista e inadequado para entender todos os níveis, formas, actores e localidades do conflito em Moçambique. O denominador comum desses conflitos é um combate violento contra a violência estrutural inscrita nos assuntos políticos e económicos de Moçambique, na sua economia «porosa» (Castel Branco) e nas políticas autoritárias de modernização, que caracterizam particularmente o período imediatamente após a independência de Moçambique. A luta dos rebeldes e revoltoso poderia, pois, ser considerada, em última instância, a expressão de uma luta por uma distribuição do poder político e económico socialmente mais justa, menos distorcida e excludente, por melhores serviços e mais liberdade de escolha, ou seja, uma luta pelo desenvolvimento humano (Sen, 2001). Os motivos de quem luta contra esses males socioeconómicos parecem ser os mesmos que levaram a Frelimo a lutar contra o regime colonial, opressivo e excludente, com a diferença de que, na época, a luta, também na sua dimensão militar, foi sancionada internacionalmente e os seus objectivos integravam-se na agenda emergente dos direitos

humanos e dos povos.

Deste raciocínio decorre que o acordo de paz e a reforma constitucional para a descentralização previstos como resultado das conversações em curso entre o governo da Frelimo e a Renamo é uma condição necessária, mas não suficiente, para a pacificação do país. É preciso abordar as principais causas e condições da contestação violenta ao Estado moçambicano e às elites que o têm dirigido, muitas vezes com violência e repressão, desde a Independência. Além disso, serão necessárias abordagens diferentes para mitigar a violência política evidente nos casos apresentados na Secção 2. É necessário abordar três causas de violência política principais, a saber:

- O OAL, em grande medida baseado na extração de recursos e na procura de rendas, com os seus efeitos adversos na distribuição da riqueza, no acesso a rendimentos dos recursos, na educação, nos serviços públicos, no emprego e nas oportunidades de vida;
- A desmilitarização do Estado e da mentalidade, com a sua propensão para ver a «guerra como governação» e a «governacão como guerra»;
- A marginalização socioeconómica, cultural e política da juventude na vida pública e nas políticas, associada a uma educação deficiente, ou seja, a negação de uma perspectiva decente para a maioria dos jovens moçambicanos, raparigas e rapazes.

Quais seriam as linhas de acção relevantes para conceber uma luta pela paz com meios pacíficos?

5.2. Perspectivas e pontos de acção

Limitando-nos a este artigo, podem ser consideradas algumas linhas de acções a curto a médio prazo, que podem ser úteis e relevantes para abordar e reverter o potencial violento e destrutivo em Moçambique. Estas linhas de acção resultam da análise atrás apresentada e consolidam os resultados previstos das negociações de paz em curso entre o governo da Frelimo e a Renamo.

Gostaria de sugerir cinco linhas de acção imediatas:

A primeira é consolidar e continuar a descentralização como reforma da estrutura de governo e de relegitimação dos governos locais e provinciais, juntamente com a promoção do desenvolvimento económico inclusivo na periferia, longe da capital, Maputo. Como mostrámos no nosso recente livro, a descentralização é, mediante certas condições, uma das formas de melhorar a construção da paz, criando espaços locais e regionais para o diálogo e os acordos políticos, para abordar as disparidades socioeconómicas regionais

e conferir maior legitimidade ao governo. Ela também traz consigo a prestação de serviços públicos básicos às pessoas (Weimer & Carrilho, 2017). Também ao nível provincial, deve ser dada atenção ao desenvolvimento e promoção de mecanismos locais de alerta e resolução de conflitos que envolvam a sociedade civil local/regional, direitos humanos e grupos inter-religiosos na resolução de conflitos.

Em segundo lugar, é urgente refrear e democratizar as forças da segurança e da lei e da ordem. Como vimos, fazem parte intrínseca da maquinaria que cria e combate «*violent becomings*», mas de forma contraproducente e destrutiva. A repressão e a violência, sobretudo se justificadas com a razão de ser de um Estado cuja legitimidade é posta em causa, produzem reacções violentas em vez de as atenuar e constituem o principal factor para a adesão dos jovens a grupos militantes. Isto exige uma revisão das doutrinas, bem como educação sobre direitos humanos e educação cívica para as forças policiais, paramilitares e policiais, bem como medidas disciplinares exemplares em caso de violação de direitos humanos e mortes atribuíveis a acções da polícia e da sua força de intervenção rápida. Há que evitar uma internacionalização do conflito no norte de Cabo Delgado. E os radicais que procuram internacionalizar e fazer escalar o conflito militar devem ser controlados.

Em terceiro lugar, as questões essenciais para os jovens, como sejam melhor educação, actividades produtivas e geradoras de rendimento, também na esfera cultural, precisam ser fomentadas, financiadas e transformadas em programas com o objectivo de incluir a juventude, e especialmente a juventude das zonas rurais, num esforço geral de desenvolvimento para o bem-estar de todos, independentemente das cores políticas, particularidades étnicas e crenças religiosas. Devem ser encontradas, negociadas e implementadas soluções com que todos fiquem a ganhar, como sejam a construção e manutenção de estradas rurais em regime de mão-de-obra intensiva para jovens do sexo masculino, para proporcionar a estes jovens rendimento, sentimento de pertença e orgulho por terem contribuído de forma tangível para o desenvolvimento da nação. Devem ser promovidas associações juvenis e actividades culturais produtivas (artes cénicas, artes visuais, artesanato, etc.) através de programas específicos.

Em quarto lugar, há que reconhecer e quebrar o círculo vicioso da extracção de recursos por conglomerados internacionais aliados às elites nacionais (neste caso, sobretudo na indústria do gás natural), por um lado, e a fragilização, a privação de direitos e a exclusão das comunidades locais dos benefícios desta exploração, por outro. Em África, há casos em que as empresas, o Estado e as comunidades locais seguem um modelo de extracção de recursos em que os benefícios são mutuamente partilhados, reduzindo assim o risco de contestação violenta da apropriação de benefícios por um pequeno grupo de interessa-

dos. Há que referir em especial o exemplo histórico da mineração de diamantes na mina Orapa do Botsuana pela Bamangwato Concessions Ltd e da actual mineração de platina na mina Royal Bafokeng, na África do Sul. Nessas empresas, as comunidades têm tido maior participação e mais lucros dos projectos de extracção de recursos. Em comparação, as comunidades das zonas de extracção de recursos em Moçambique têm uma participação muito modesta, se a chegam a ter; e esta participação não é gerida de forma transparente (Nombora, 2014).

A história dos Planos de Fomento e Integração Económica portugueses para Moçambique e Angola (1953-1974) ensina que a exclusão social de vastas partes da população dos benefícios da despesa pública (em serviços sociais e infra-estrutura) e do impacto no emprego e no rendimento do investimento privado, interno e internacional, promove a rebelião e a guerra anticolonial. Por conseguinte, o III e IV Planos de Fomento (1968-1973) e os intelectuais progressistas portugueses, reconhecendo a inutilidade de uma vitória militar sobre as forças da libertação africanas, procuraram tentar resolver questões de desenvolvimento e protecção social (educação, saúde, segurança social), e de emprego e geração de rendimento, especialmente para as «populações indígenas» nos territórios ultramarinos (Caeiro, 2005). Digamos que foi muito pouco e tarde demais para parar ou reverter a dinâmica da luta armada anticolonial²⁸.

Por último, a mentalidade violenta e militarista precisa de ser abordada com a premissa e reconhecimento de que «eu sou porque tu és», culturalmente enraizado na África e conhecido pelo termo Ubuntu. Se não tivesse havido essa visão e esse espírito, a consolidação da paz e a reconciliação pós-1992, promovidas principalmente por comunidades e grupos religiosos, não teriam sido tão bem sucedidas, num cenário de continuação da violência estrutural e com a memória da escala de atrocidades e sofrimentos infligidos pela Guerra Civil de 1977-1992. Isto implica encontrar e seguir, individual e colectivamente, uma via de perdão, compaixão e reconciliação que conduza a «devires pacíficos». Além de programas específicos de cura, incluindo métodos tradicionais de cura (Wiegink, 2018) e através de Medicina Tradicional Chinesa (MTC) e treino mental, isto também poderia implicar rever os muitos feriados públicos comemorando e adulando os «violent becomings» dos libertadores de Moçambique. Instituições como a Assembleia da República e o Conselho Inter-religioso de Moçambique precisariam de velar por uma inserção simbólica e justa da construção da paz e reconciliação na vida pública. No mesmo espírito, deve ser comple-

²⁸ Agradeço a João Carrilho por chamar a atenção para o que poderia ser considerado um paralelo histórico. Os sucessivos Planos de Fomento e Integração, a partir de 1953, foram apoiados pelo Plano Marshall para a Europa no pós guerra e visavam, basicamente, a modernização da dominação colonial, reestruturando, diversificando e abrindo a economia portuguesa aos mercados e investimentos globais (Carlos, 2016).

tar-se o processo conducente à alteração da bandeira nacional com vista à substituição a Kalashnikov, já iniciado pelo Parlamento no mandato de 1999-2004 através de um concurso público, mas abortado por políticos de linha dura. Foram ainda sugeridas outras ideias sobre educação cívica e treino mental para a construção da paz, discutidas com líderes religiosos, ONGs e organizações seleccionadas de doadores (Weimer, Meriam & McGrath, 2018).

Com esta abordagem estratégica minimalista, a que se deveria seguir uma profunda reforma económica, considero possível abordar e fazer gradualmente desaparecer a maldição dos «*violent becomings*» num país, famoso pela sua boa gente e ricamente abençoado com todos os recursos necessários para promover o bemestar de todos. Desta forma, deveria ser possível eliminar o que Mia Couto chamou as «falsas diferenças» que dividem hoje os moçambicanos. Como este conhecido nome da literatura de Moçambique disse recentemente, ao apresentar ao público *O Bebedor de Horizontes*, o seu último trabalho da trilogia *As Areias do Imperador*,

[h]á uma viagem que é feita dentro nós e precisa de contacto permanente com os outros, de maneira que os outros deixem de ser outros e passem a ser alguém que está dentro de nós, sanando as falsas diferenças que nos dividem (Couto, 2017).

Bibliografia

Adam Smith International (2017) MOZAMBIQUE: Fiduciary Risk Assessment. Maputo, DFID Mozambique.

Adam, Y. (2017) Revolt and manipulation at the root of Mocímboa da Praia attacks.

Adam, Y. (1996) Trick or Treat: The Relationship between Destabilization, Aid and Government Development Policies. PhD Thesis. Trekroner, Roskilde University.

Agência de Informação de Moçambique (2018) Mozambique: Rioting Breaks Out After Two People Lynched. [Online]. 2018. AllAfrica. Disponível em: <http://allafrica.com/stories/201801240105.html>.

AIM News (2017) Eight people arrested in Cuamba, Niassa, for spreading vampire rumours – Mozambique. [Online]. 2017. Club of Mozambique. Disponível em: <https://clubofmozambique.com/news/eight-people-arrested-in-cuamba-niassa-for-spreading-vampire-rumours-mozambique/>.

AllAfrica (2017a) Mozambique: Belief in Vampires Leads to Rioting in Zambézia. [Online]. 2017. AllAfrica. Disponível em: <http://allafrica.com/stories/201710200127.html>.

AllAfrica (2016) Mozambique: Illegal Logging Strikes at Zambebian's Forests. [Online]. 2016. AllAfrica. Disponível em: <http://allafrica.com/stories/201609280015.html>.

AllAfrica (2015) Mozambique: Mob Destroys Tantalum Mine in Zambezia. [Online]. 2015. AllAfrica. Disponível em: <http://allafrica.com/stories/201511170103.html>.

AllAfrica (2017b) Mozambique: Rioting Over Vampires Spreads to Mulevala. [Online]. 2017. AllAfrica. Disponível em: <http://allafrica.com/stories/201710240247.html>.

Arndt, C., Jones, S., Mahrt, K. & Salvucci, V. (2017) A Review of Consumption Poverty Estimation for Mozambique: Measuring Poverty and Wellbeing in Developing Countries. A Review of Consumption Poverty Estimation for Mozambique. 108–120.

Atran, S. (2017) Alt-Right or jihad? Unleashed by globalisation's dark side and the collapse of communities, radical Islam and the alt-Right share a common cause. AEON Magazine. [Online]. Disponível em: https://aeon.co/essays/radical-islam-and-the-alt-right-are-not-so-different?utm_source=Aeon+Newsletter&utm_campaign=ed6f59f52c-EMAIL_CAMPAIGN_2017_11_06&utm_medium=email&utm_term=0_411a82e59d-ed6f59f52c-68667649.

Augusto, C. (2018) A origem do Terror no Cinturão de Mocímboa da Praia: Um Fenómeno com Raízes do Tempo de Penetração Mercantil que Recrudesce hoje. [Online]. Disponível em: <https://www.scribd.com/document/369653350/A-Origem-do-Terror-No-Cinturao-de-Mocimboa-Da-Praia>.

Balthasar, D. (2017) 'Peace-building as state-building'? Rethinking liberal interventionism in contexts of emerging states. *Conflict, Security & Development*. 17 (6), 473–491.

Basílio, G. (2016) Samora Machel: O princípio do Homem Novo e seus significados. *Revista Udziwi*. [Online]. (26). Disponível em: <https://www.revista.up.ac.mz/index.php/UDZIWI/article/view/173/178>.

BBC World News (2017) Malawi cracks down on 'vampire' lynch mobs. [Online]. 2017. BBC World News. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-africa-41692944>.

Behuria, P., Buur, L. & Gray, H. (2017) Research Note. Studying Political Settlements in Africa. *African Affairs*. 116 (464), 508—525.

Bertelsen, B.E. (2017a) German Pentecostal Witches and Communists: The violence of purity and sameness. In: K. Rio, M. MacCarthy, & R. L. Blanes (eds.). *Pentecostalism and Witchcraft in Melanesia and Africa*. New York, Palgrave Macmillan. pp. 37–65.

Bertelsen, B.E. (2009) Sorcery and death squads: Transformations of state, sovereignty, and violence in postcolonial Mozambique. In: B. Kapferer & B. E. Bertelsen (eds.). *Crisis of the state: War and social upheaval*. New York, Berghahn Books. pp. 210–240.

Bertelsen, B.E. (2017b) The civil wars of the 20th and 21st century: Global war as seen from Mozambique. Paper presented at the panel "Guerra Civil em Moçambique" at the V conferência internacional do IESE: Desafios da investigação social e económica em tempos de crise", Maputo, 19-21 September 2017. [Online]. 2017. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/11/VConflese_Bj%C3%B8rn.pdf.

Bertelsen, B.E. (2003) 'The traditional Lion is Dead': The Ambivalent Presence of Tradition and the Relation between Politics and Violence in Mozambique. *Lusotopie*. (263–281) pp.263–281.

Bertelsen, B.E. (2016) *Violent Becomings: State Formation, Sociality, and Power in Mozambique*. New York, Berghahn Books. [Online]. Disponível em: https://www.academia.edu/28359377/2016_Violent_Becomings_State_Formation_Sociality_and_Power_in_Mozambique_OPEN_ACCESS-FULL_BOOK_.

Bonate, L. (2007) 'Islam and Chiefship in Northern Mozambique'. *ISIM Review*. (19) pp.56–57.

Bonate, L. (2010) Islam in Northern Mozambique: A Historical Overview. *History Compass*. (8/7) pp.573–593.

Bowen, N. (2000) Traders and Livelihood Strategies in Post-Conflict Zambézia Province, Mozambique. Ph.D. Thesis. London, London School of Economics and Political Science.

Britannica (2020) Dhikr. [Online]. Available from: <https://www.britannica.com/topic/dhikr>.

Caeiro, J.C. (2005) Os Planos de Fomento Nacional no contexto do desenvolvimento económico nacional no pós guerra. *Intervenção Social*. (31) pp.193–219.

Cahen, M. (2017) A Renamo, um assunto para historiadores e cientistas sociais. Paper presented at the panel "Guerra Civil em Moçambique" at the V conferência internacional do IESE: Desafios da investigação social e económica em tempos de crise", Maputo, 19-21 September 2017. [Online]. 2017. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/11/Renamo_um-assunto-para-historiadores4.pdf.

Canana, A. (1996) 'Descentralização em Moçambique'.

Carlos, I. (2016) A Economia Colonial em Moçambique: Uma Discussão sobre o Desempenho dos Planos de Fomento no Período Auge da Colonização Portuguesa 1993-1975. [Online]. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/a-economia-colonial-em-mocambique/146468>.

Castel-Branco, C.N. & Massarongo, F. (2017) A dívida secreta moçambicana: impacto sobre a estrutura da dívida e consequências económicas. In: *Economia, recursos naturais, pobreza e política em Moçambique: uma colectânea de textos*. [Online]. Maputo, IESE. pp. 27–32. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/10/IESE_Coleta_nea_de_IDeIAS_-_Livro.pdf.

Centro de Integridade Pública (2016) Custo da Corrupção para a Economia Moçambicana. Policy Brief 24. [Online]. Maputo, Centro de Integridade Pública. Disponível em: https://cipmoz.org/images/Documentos/Sem_categoria/Policy_Brief_1_Port.pdf.

Chichava, S. (2007) La Zambézie et les mouvements anti-Frelimo. Maputo, l'Institut d'Etudes Sociales et Economique.

Club of Mozambique (2018a) Minister of the Interior calls for cautious approach on Cabo Delgado attacks – Mozambique. [Online]. 2018. Club of Mozambique. Disponível em:

http://clubofmozambique.com/news/minister-of-the-interior-calls-for-cautious-approach-on-cabo-delgado-attacks-mozambique/?utm_source=The+Mozambican+Investor_&utm_campaign=1c1b802e7e-EMAIL_CAMPAIGN_2017_05_25&utm_medium=email&utm_term=0_d3b369a42d-1c1b802e7e-237794205.

Club of Mozambique (2018b) Mozambique has reached agreement with VTB bank on hidden debt – Minister Pacheco. [Online]. 2018. Club of Mozambique. Disponível em: http://clubofmozambique.com/news/mozambique-has-reached-agreement-with-vtb-bank-on-hidden-debt-minister-pacheco/?utm_source=The+Mozambican+Investor_&utm_campaign=6d37969e1e-EMAIL_CAMPAIGN_2017_05_25&utm_medium=email&utm_term=0_d3b369a42d-6d37969e1e-237799545.

Club of Mozambique (2018c) Russia, Mozambique to step up military-technical cooperation – TASS. [Online]. 2018. Club of Mozambique. Disponível em: http://clubofmozambique.com/news/russia-mozambique-to-step-up-military-technical-cooperation-tass/?utm_source=The+Mozambican+Investor_&utm_campaign=6d37969e1e-EMAIL_CAMPAIGN_2017_05_25&utm_medium=email&utm_term=0_d3b369a42d-6d37969e1e-237799545.

Cole, M. & Scahill, J. (2016) Erik Prince in the hot seat: Blackwater’s Founder Is Under Investigation for Money Laundering, Ties to Chinese Intel, and Brokering Mercenary Services. *The Intercept*. [Online]. Disponível em: <https://theintercept.com/2016/03/24/blackwater-founder-erik-prince-under-federal-investigation/>.

Comaroff, J. & Comaroff, J.L. (2001) Naturing the nation. Aliens, apocalypse and the postcolonial state. *Journal of Southern African Studies*. 27 (3), 627–651.

Couto, M. (2017) Differences in Mozambican society are superficial. [Online]. 2017. Club of Mozambique. Disponível em: <http://clubofmozambique.com/news/differences-in-mozambican-society-are-superficial-mia-couto/>.

Der Spiegel (2015) Bartholomaeus Grill, “In the Clutches of Rhino Poachers. [Online]. 2015. Der Spiegel. Disponível em: <http://www.spiegel.de/international/world/investigation-into-rhino-poaching-turns-into-kidnapping-a-1022611.html>.

Derlugian, G. (1990) Social decomposition and armed violence in post-colonial Mozambique. *Review*. 13 (4), 439–462.

Deutsche Welle (2017) O que aconteceu após os confrontos de Mandimba, em Moçambique? [Online]. 2017. DW Made for minds. Disponível em: <http://www.dw.com/pt>

-002/o-que-aconteceu-ap%C3%B3s-os-confrontos-de-mandimba-em-mo%C3%A7ambique/a-41035727.

Deutsche Welle & Agência Lusa (2017) Moçambique: Revolta e manipulação na origem dos ataques em Mocímboa da Praia. [Online]. 2017. DW Made for minds. Disponível em: <http://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-revolta-e-manipula%C3%A7%C3%A3o-na-origem-dos-ataques-em-moc%C3%ADmboa-da-praia/a-41242985>.

Fabricius, P. (2017) Mozambique: First Islamist Attacks Shock the Region. [Online]. Pretoria, Institute for Security Studies. Disponível em: <http://allafrica.com/stories/201710280066.html>.

Fahey, D. (2015) New insights on Congo's Islamist rebels. Washington Post. [Online] Disponível em: https://www.washingtonpost.com/news/monkey-cage/wp/2015/02/19/new-insights-on-congos-islamist-rebels/?utm_term=.b2ba7005e843.

Galtung, J. (1969) Violence, Peace, and Peace Research. *Journal of Peace Research*. 6 (3), 167–191.

Gorongosa National Park (2020) Our story. [Online]. 2020. Disponível em: <http://www.gorongosa.org/our-story/science/lion->.

J. Hanlon (ed.) (2018a) 24 people allegedly attempting to join Islamic fundamentalists. MOZAMBIQUE News reports & clippings 400. [Online]. Disponível em: tinyurl.com/sub-moz.

J. Hanlon (ed.) (2018b) Islamist base shelled near Mocímboa. MOZAMBIQUE News reports & clippings 398. [Online]. Disponível em: tinyurl.com/sub-moz.

Hickel, J. (2015) *Democracy as death. The moral order of anti-liberal politics in South Africa*. Oakland, University of California Press.

Holzhausen, B. (2007) *Youth Culture in Rural Mozambique. A study of the significance of culture for young people in rural areas based on fieldwork in the districts of Nangade (Cabo Delgado), Mossurize (Manica) and Chókwe (Gaza)*. Maputo, Swiss Development Cooperation (unpublished).

Honwana, A. (2012) *The Time of Youth: Work, Social Change and Politics in Africa*. Virginia, Kumarian Press.

Honwana, A. (2013) *Youth, Waithood, and Protest Movements in Africa*. International African Institute (IAI) – Lugard Lecture 2013. [Online]. 2013. AFRICAN ARGUMENTS. Disponível

em: <http://africanarguments.org/2013/08/12/youth-waithood-and-protest-movements-in-africa-by-alcinda-honwana/>.

Honwana, A. and Boeck, F. De (2005) *Makers and Breakers Children and Youth in Postcolonial Africa*. Trenton, Africa World Press.

Human Rights Watch (2017) *World Report 2018*. New York, Human Rights Watch.

Ibrahim, Y.I. (2017) *The Wave of Jihadist Insurgency in West Africa. Global Ideology, Local Context, Individual Motivations*. West African Papers 7. [Online]. Paris, OECD Publishing. Disponível em: <http://www.oecd-ilibrary.org/docserver/download/eb95c0a9-en.pdf?expires=1518376925&id=id&accname=guest&checksum=8B7F7E82E021F50BD022955EE85E-D60E>.

Isaacman, A.F. (1973) *Madzi-Manga, mhondoro and the use of oral traditions: A chapter in Bárue religious and political history*. *Journal of African History*. 14 (3), 395–409.

Israel, P. (2014) *In Step with the Times: Mapiko Masquerades of Mozambique*. Athens, Ohio University Press.

Israel, P. (2009) *The War of Lions: Witch-Hunts, Occult Idioms and Post-Socialism in Northern Mozambique*. *Journal of Southern African Studies*. 35 (1), 155–174.

Jentzsch, C. (2017) *Auxiliary Armed Forces and Innovations in Security Governance in Mozambique's Civil War*. *Civil Wars*. 19 (3), 325–347.

Kaarhus, R. & Martins, S. (2012) *How to support Women's Land Rights in Mozambique. Approaches and Lessons Learnt in the Work of Four Main Organizations*. Oslo, NORAD.

Khalid, I. (2018) *Rehabilitated Boko Haram fighters 'to rejoin society'*. [Online]. 2018. BBC Africa. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/live/world-africa-42461413>.

Lalá, A. & Ostheimer, A.E. (2003) *How to remove the stains on Mozambique's democratic track record: Challenges for the democratisation process between 1990 and 2003: Democratic transition and consolidation in Africa*. [Online]. Maputo, Konrad-Adenauer-Stiftung. Disponível em: http://www.kas.de/wf/doc/kas_4347-544-2-30.pdf?040323122708.

Levy, B. (2012) *Seeking the Elusive Developmental Knife Edge*. In: D. North, J. Wallis, S. Webb, & B. Weingast (eds.). *In the Shadow of Violence: Politics, Economics, and the Problems of Development*. Cambridge, Cambridge University Press. pp. 112–148.

Lunstrum, L. & Givá, N. (2018) *The Political Ecology of Environmental Conflict: Radical Inequality and the Drivers of Commercial Poaching*. In Progress.

Macua Blog (2004) *Confrarias e Madrassas Disputam a Fé dos Moçambicanos*. Macua Blog. [Online]. Disponível em: http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2004/11/confrarias_e_ma.html.

Macuane, J., Buur, L. & Monjane, C. (2017) "Power, Conflict and Natural Resources: The Mozambican Crisis Revisited". *African Affairs*. 1–24.

Madede, D. (2017) *Sustentabilidade socio-ambiental em área de expansão de floresta exótica: Caso do Distrito de Sanga em Niassa, Moçambique*. Master dissertation. Campinas, Universidade Estadual de Campinas.

Mahdi, S., Troiano, S., Hollande, P.A. & Massingue, A.C. (2017) *Mozambique economic update: making the most of demographic change* (English). [Online]. Washington D.C., The World Bank. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/386461513950634764/Mozambique-economic-update-making-the-most-of-demographic-change>.

Manjate, J.M. (2013) *Análise Estratégica da Liderança na Guerra em Moçambique, Unidade de Esforço na Batalha da Zambézia*. Maputo.

Mate, R.S. (2004) *Evolução Tecnológica e da Indústria Madeireira em Moçambique, 1956-2002*. Projecto de Licenciatura. Maputo, UEM.

Morier-Genoud, E. (2017) *Proto-guerre et négociations. Le Mozambique en crise, 2013-2016*. *Politique africaine*. (145), 153–175.

Mosca, J. & Selemane, T. (2011) *Eldorado Tete: os megaprojetos de mineração*. Maputo, Centro de Integridade Pública.

Nhantumbo, A. (2017) *Quando o fanatismo religioso faz aliança com pobreza e analfabetismo*, Savana, Maputo.

Nombora, D. (2014) *Sharing Natural Resource Revenues with Affected Communities: Policy Options for Mozambique*. Policy Note. Maputo, World Bank Mozambique.

North, D.C., Wallis, J.J., Webb, S.B. & Weingast, B.R. (2010) *The Limited Access Orders: An Introduction to the Conceptual Framework*. [Online]. Stanford, Stanford University Press. Disponível em: http://www.stanforduniversity.info/group/polisci/faculty/weingast/OAL_CUP_2_Intro2100614.pdf.

Notícias Lusófonas (2006) Candidato da RENAMO em Mocímboa da Praia adere à FRELIMO. [Online]. 2006. Reflectindo sobre Moçambique. Disponível em: <https://comunidade-mocimboa.blogspot.com/2006/04/candidato-da-renamo-em-mocimboa-da.html?m=1>.

O País (2017) Risco de “revoluções incontroladas” levou Frelimo a antecipar mudanças em 1990. O País. [Online] Disponível em: <http://opais.sapo.mz/video/risco-de-revolucoes-incontroladas-levou-frelimo-a-antecipar-mudancas-em-1990>.

Pirio, G., Robert, P. & Adam, Y. (2018) The Emergence of Violent Extremism in Northern Mozambique. [Online]. Washington DC., National Defense University. Disponível em: <https://africacenter.org/spotlight/the-emergence-of-violent-extremism-in-northern-mozambique/>.

Público (2017) Tensão na Guarda Fronteira. Público. 3.

Reuters (2017) Blackwater founder Prince to invest in Mozambique’s hidden-loan firm. [Online]. 2017. Reuters. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-mozambique-investment/blackwater-founder-prince-to-invest-in-mozambiques->.

Rhula Intelligent Solutions (2018a) Rhula Intelligent Solutions SitRep. 2018. Facebook.

Rhula Intelligent Solutions (2018b) Rhula Intelligent Solutions, Mozambique Security Incident Alert. 2018. Facebook.

Rosenberg, G. (2017) Europas viele Heimaten. *Lettre International*. pp.25–29.

Savana (2017a) Ataques de inspiração islâmica deixam aldeias desertas: a vez de refugiados na Mocímboa da Praia. *Savana*. 15.

Savana (2017b) A história de um povo que colocou em xeque o grande capital. *Savana*. 14–15.

Scoones, I., et al. (2017) Emancipatory rural politics: confronting authoritarian populism. *The Journal of Peasant Studies*. 45 (1), 1–10.

Sen, A. (2001) *Development as freedom*. Oxford, Oxford University Press.

Serra, C. (2003) Cólera e catarse. *Infra-estruturas sociais de um mito nas zonas costeiras de Nampula (1998/2002)*. Maputo, Imprensa Universitária.

Serra, C. (1997) *Combates pela Mentalidade Sociológica*. Maputo, Universidade Eduardo

Mondlane.

Sousa Santos, A.M. (2014) Resistance and Collaboration: Conflicting Memories of the Liberation Struggle (1964–1974) in Northern Mozambique. *Social Evolution & History*. 13 (2), 151–175.

Swiss Peace (2017) Mozambique: Joint Analysis of Conflict and Stability. Final Report written by Weimer Markus & Bernhard, Anna for Swiss Development Cooperation (SDC) and UK Department for International Development (DfID). April 2017. Bern/Basel, Swiss Peace Foundation (unpublished).

Tanzania Daily News (2018) Tanzania: Dar es Salaam, Maputo Sign Crime-Curbing Pact. [Online]. 2018. AllAfrica. Disponível em: <http://allafrica.com/stories/201801160258.html>.

The Washington Post (2017) Blackwater founder held secret Seychelles meeting to establish Trump-Putin back channel. [Online]. 2017. The Washington Post. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/world/national-security/blackwater-founder-held-secret-seychelles-meeting-to-establish-trump-putin-back-channel/2017/04/03/95908a-08-1648-11e7-ada0-1489b735b3a3_story.html--.

The World Bank (2017) Mozambique Economic Update: A Two Speed Economy. Washington DC., The World Bank.

Tibi, B. (2005) *Islam Between Culture and Politics*. New York, Palgrave Macmillan.

Touraine, A. (2004) *The Subject and Societal Movements*. In: J. R. Blau (ed.). *The Blackwell Companion to Sociology*. Malden, Blackwell Publishers. pp. 438–449.

TVM (2018) Watch: Men trained in DR Congo to destabilise are captured – Mocímboa da Praia. [Online] Disponível em: http://clubofmozambique.com/news/watch-men-trained-in-dr-congo-to-destabilise-are-captured-mocimboa-da-praia/?utm_source=The+Mozambican+Investor_&utm_campaign=f7178862f5-EMAIL_CAMPAIGN_2017_05_25&utm_medium=email&utm_term=0_d3b369a42d-f7178862f5-23779954.

United Nations Development Programme (2017) *Journey to Extremism in Africa: Drivers, incentives and tipping point for Recruitment*. [Online]. New York, United Nations Development Programme. Disponível em: <http://journey-to-extremism.undp.org/content/downloads/UNDP-JourneyToExtremism-report-2017-english.pdf>.

Weimer, B. (1995) *Mosambik hat gewählt: Analyse der Wahlergebnisse und Perspektiven*

des Wiederaufbaus [Mozambique Has Voted: Analysis of the Result and Perspectives for Reconstruction]. *Africa Spectrum*. 30 (1), 5–33.

Weimer, B. & Carrilho, J. (2017) *The Political Economy of Decentralization in Mozambique: Dynamics, Outcomes, Challenges*. [Online]. Maputo, IESE. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/10/IESE_Political_Economy_of_Decentralisation_-_Livro.pdf.

Weimer, B. & Erskog, H. (2017) *Mozambique: Integrated planning and budgeting and GFP reform as a way towards peace building? Some considerations for discussion*. (unpublished).

Weimer, B., Meriam, B. & McGrath, M. (2018) *Sowing the Seeds of Peace. Towards Mind Training and Action for Peace and Reconciliation in Mozambique*. Concept Note.

West, H.G. (2005) *Kupilikula: Governance and the Invisible Realm in Mozambique*. Chicago, Chicago University Press.

Wiegink, N. (2014) *Beyond Fighting and Returning: Social Navigations of Former Combatants in Central Mozambique*. Ph.D. thesis. University of Utrecht.

Wiegink, N. (2018) *Violent Spirits and a Messy Peace: Against Romanticizing Local Understandings and Practices of Peace in Mozambique*. In: G. Millar (ed.). *Ethnographic Peace Research Approaches and Tensions*. London, Palgrave Macmillan. pp. 137–157.

Wikipedia (2020) *Al-Shabaab*. Wikipedia, the free encyclopedia. [Online]. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Al-Shabab>.

Outras Publicações do IESE

Livros

Agora eles têm medo de nós! – Uma colectânea de textos sobre as revoltas populares em Moçambique (2008–2012) (2017)

Luís de Brito (organizador)

IESE: Maputo

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/02/IESE-Food-Riot.pdf>

Economia, recursos naturais, pobreza e política em Moçambique – Uma colectânea de textos (2017)

Luís de Brito e Fernanda Massarongo (organizadores)

IESE: Maputo

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/10/IESE_Coleta_nea_de_IDeIAS_-_Livro.pdf

Emprego e transformação económica e social em Moçambique (2017)

Rosimina Ali, Carlos Nuno Castel-Branco e Carlos Muianga (organizadores)

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/10/IESE_Emprego_e_Transf_Econ_Social_-_Livro.pdf

Political economy of decentralisation in Mozambique: dynamics, outcomes, challenges (2017)

Bernahard Weimer with João Carrilho

IESE: Maputo

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/10/IESE_Political_Economy_of_Decentralisation-_Livro.pdf

A economia política da descentralização em Moçambique: dinâmicas, efeitos, desafios (2017)

Bernahard Weimer e João Carrilho

IESE: Maputo

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/01/IESe-economia-politica.pdf>

Questões sobre o desenvolvimento produtivo em Moçambique. (2015)

Carlos Nuno Castel-Branco, Nelsa Massingue e Carlos Muianga (organizadores)

IESE: Maputo

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/IESE_FAN_PT.pdf

Questions on productive development in Mozambique. (2015)

Carlos Nuno Castel-Branco, Nelsa Massingue e Carlos Muianga (editors)

IESE: Maputo

Moçambique: Descentralizar o Centralismo? Economia Política, Recursos e Resultados. (2012)

Bernhard Weimer (organizador)

IESE: Maputo

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/Descent/IESE_Decimalizacao.pdf

A Mamba e o Dragão: Relações Moçambique-China em Perspectiva. (2012)

Sérgio Chichava e C. Alden (organizador)

IESE: Maputo

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/MozChin/IESE_Mozam-China.pdf

Desafios para Moçambique 2019. (2019)

Sérgio Chichava (organizador)

IESE: Maputo

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/12/Desafios2019.pdf>

Desafios para Moçambique 2018. (2018)

Salvador Forquilha (organizador)

IESE: Maputo

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/05/Livrol_DesafiosMoc2018.pdf

Desafios para Moçambique 2017. (2017)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, António Francisco, e Salvador Forquilha (organizadores)

IESE: Maputo

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/05/Desafios2017.pdf>

Desafios para Moçambique 2016. (2016)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, António Francisco, e Salvador Forquilha (organizadores)

IESE: Maputo

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/04/Desafios2016.pdf>

Desafios para Moçambique 2015. (2015)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, António Francisco, e Salvador Forquilha (organizadores)

IESE: Maputo

<https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2015/IESE-Desafios2015.pdf>

Desafios para Moçambique 2014. (2014)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, António Francisco e Salvador Forquilha (organizadores)

IESE: Maputo

<http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2014/IESE-Desafios2014.pdf>

Desafios para Moçambique 2013. (2013)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, António Francisco e Salvador Forquilha (organizadores)

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication//livros/des2013/IESE_Des2013.pdf

Desafios para Moçambique 2012. (2012)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco (organizadores)

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2012/IESE_Des2012.pdf

Desafios para Moçambique 2011. (2011)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco (organizadores)

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2011/IESE_Des2011.pdf

Desafios para Moçambique 2010. (2009)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco (organizadores)

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2010/IESE_Des2010.pdf

Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique – comunicações apresentadas na II Conferência do Instituto de Estudos Sociais e Económicos. (2010)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco (organizadores)

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/economia/IESE_Economia.pdf

Protecção social: abordagens, desafios e experiências para Moçambique – comunicações apresentadas na II Conferência do Instituto de Estudos Sociais e Económicos. (2010)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco (organizadores)

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/protecao/IESE_ProteccaoSocial.pdf

Pobreza, desigualdade e vulnerabilidade em Moçambique – comunicações apresentadas na II Conferência do Instituto de Estudos Sociais e Económicos. (2010)

Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco (organizadores)

IESE: Maputo.

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/pobreza/IESE_Pobreza.pdf

Cidadania e Governação em Moçambique – comunicações apresentadas na Conferência Inaugural do Instituto de Estudos Sociais e Económicos. (2009)

Luís de Brito, Carlos Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco (organizadores)

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/cidadania/IESE_Cidadania.pdf

Reflecting on economic questions – papers presented at the inaugural conference of the Institute for Social and Economic Studies. (2009)

Luís de Brito, Carlos Castel-Branco, Sérgio Chichava and António Francisco (editors)

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/ref/IESE_QEcon.pdf

Southern Africa and Challenges for Mozambique – papers presented at the inaugural conference of the Institute for Social and Economic Studies. (2009)

Luís de Brito, Carlos Castel-Branco, Sérgio Chichava and António Francisco (editors)

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/South/IESE_South.pdf

**Governação em Moçambique: Recursos para Monitoria e Advocacia (2012)
Projecto de Desenvolvimento de um Sistema de Documentação e de Partilha de Informação, IESE**

IESE: Maputo

Monitoria e Advocacia da Governação com base no Orçamento de Estado: Manual de Formação (2012)

Zaqueo Sande (Adaptação)

IESE: Maputo

Pequeno Guia de Inquérito por Questionário (2012)

Luís de Brito

IESE: Maputo

Envelhecer em Moçambique: Dinâmicas do Bem-Estar e da Pobreza (2013)

António Francisco, Gustavo Sugahara e Peter Fisker

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/IESE_DinPob.pdf

Growing old in Mozambique: Dynamics of well-being and Poverty (2013)

António Francisco, Gustavo Sugahara e Peter Fisker

IESE: Maputo

http://www.iese.ac.mz/lib/IESE_DynPov.pdf

Cadernos IESE

(Artigos produzidos por investigadores permanentes e associados do IESE. Esta colecção substitui as séries “Working Papers” e “Discussion Papers”, que foram descontinuadas)

Cadernos IESE nº 18E: A Frelimo criou o “Al Shabaab?” Uma análise às eleições de 15 partir de Cabo Delgado

Sérgio Chichava

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/10/CadernosIESE-18-SC_eng.pdf

Cadernos IESE nº 18E: Did Frelimo create “Al Shabaab”? An analysis of the 15 October 2019 elections from Cabo Delgado

Sérgio Chichava

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/09/CadernosIESE-18_SChichava.pdf

Cadernos IESE nº 17E: *Islamic radicalization in northern Mozambique. The case of Mocímboa da Praia. (2019)*

Salvador Forquilha, João Pereira & Saíde Habibe

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/12/cadernos_17eng.pdf

Cadernos IESE nº 16: A cobertura da China na imprensa moçambicana: Repercussões para o soft power chinês. (2015)

Sérgio Chichava, Lara Côrtes & Aslak Orre

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/IESE_Cad16.PDF

Cadernos IESE nº 17P: Radicalização Islâmica no Norte de Moçambique: o caso de Mocímboa da Praia. (2019)

Salvador Forquilha, João Pereira & Saíde Habibe

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/09/cadernos_17.pdf

Cadernos IESE nº 15: Plágio em Cinco Universidades de Moçambique: Amplitude, Técnicas de Detecção e Medidas de Controlo. (2015)

Peter E. Coughlin

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/IESE_Cad15.pdf

Cadernos IESE nº 14P: Revoltas da Fome: Protestos Populares em Moçambique (2008-2012). (2015)

Luís de Brito, Egídio Chaimite, Crescêncio Pereira, Lúcio Posse, Michael Sambo e Alex Shankland

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/IESE_Cad14.pdf

Cadernos IESE nº 13E: Participatory Budgeting in a Competitive-Authoritarian Regime: A Case Study (Maputo, Mozambique). (2014)

William R. Nylén

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/IESE_Cad13_Eng.pdf

Cadernos IESE nº 13P: O orçamento participativo num regime autoritário competitivo: um estudo de caso (Maputo, Moçambique). (2014)

William R. Nylén

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/IESE_Cad13_Port.pdf

Cadernos IESE nº 12E: The Expansion of Sugar Production and the Well-Being of Agricultural Workers and Rural Communities in Xinavane and Magude. (2013)

Bridget O'Laughlin e Yasfir Ibraimo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_12e.pdf

Cadernos IESE nº 12P: A Expansão da Produção de Açúcar e o Bem-Estar dos Trabalhadores Agrícolas e Comunidades Rurais em Xinavane e Magude. (2013)

Bridget O'Laughlin e Yasfir Ibraimo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_12p.pdf

Cadernos IESE nº 11: Protecção Social no Contexto da Transição Demográfica Moçambicana. (2011)

António Alberto da Silva Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_11_AFrancisco.pdf

Cadernos IESE nº 10: Protecção Social Financeira e Demográfica em Moçambique: oportunidades e desafios para uma segurança humana digna. (2011)

António Alberto da Silva Francisco, Rosimina Ali, Yasfir Ibraimo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_10_AFRA.pdf

Cadernos IESE nº 9: Can Donors 'Buy' Better Governance? The political economy of budget reforms in Mozambique. (2011)

Paolo de Renzio

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_09_PRenzio.pdf

Cadernos IESE nº 8: Desafios da Mobilização de Recursos Domésticos – Revisão crítica do debate. (2011)

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_08_CNCB.pdf

Cadernos IESE nº 7: Dependência de Ajuda Externa, Acumulação e Ownership. (2011)

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_07_CNCB.pdf

Cadernos IESE nº 6: Enquadramento Demográfico da Protecção Social em Moçambique. (2011)

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_06_AF.pdf

Cadernos IESE nº 5: Estender a Cobertura da Protecção Social num Contexto de Alta Informalidade da Economia: necessário, desejável e possível? (2011)

Nuno Cunha e Ian Orton

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_05_Nuno_Ian.pdf

Cadernos IESE nº 4: Questions of health and inequality in Mozambique. (2010)

Bridget O'Laughlin

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_04_Bridget.pdf

Cadernos IESE nº 3: Pobreza, Riqueza e Dependência em Moçambique: a propósito do lançamento de três livros do IESE. (2010)

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_03_CNCB.pdf

Cadernos IESE nº 2: Movimento Democrático de Moçambique: uma nova força política na Democracia moçambicana? (2010)

Sérgio Inácio Chichava

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_02_SC.pdf

Cadernos IESE nº 1: Economia Extractiva e desafios de industrialização em Moçambique. (2010)

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_01_CNCB.pdf

Working Papers

(Artigos em processo de edição para publicação. Coleção descontinuada e substituída pela série “Cadernos IESE”)

WP nº 1: Aid Dependency and Development: a Question of Ownership? A Critical View. (2008)

Carlos Nuno Castel-Branco

<http://www.iese.ac.mz/lib/publication/AidDevelopmentOwnership.pdf>

Discussion Papers

(Artigos em processo de desenvolvimento/debate. Coleção descontinuada e substituída pela série “Cadernos IESE”)

DP nº 6: Recursos naturais, meio ambiente e crescimento económico sustentável em Moçambique. (2009)

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/DP_2009/DP_06.pdf

DP nº 5: Mozambique and China: from politics to business. (2008)

Sérgio Inácio Chichava

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/dp_2008/DP_05_MozambiqueChinaDPaper.pdf

DP nº 4: Uma Nota sobre Voto, Abstenção e Fraude em Moçambique. (2008)

Luís de Brito

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/dp_2008/DP_04_Uma_Nota_Sobre_o_Voto_Abstencao_e_Fraude_em_Mocambique.pdf

DP nº 3: Desafios do Desenvolvimento Rural em Moçambique. (2008)

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/dp_2008/DP_03_2008_Desafios_DesenvRural_Mocambique.pdf

DP nº 2: Notas de Reflexão sobre a "Revolução Verde"; contributo para um debate. (2008)

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/dp_2008/Discussion_Paper2_Revolucao_Verde.pdf

DP nº 1: Por uma leitura sócio-histórica da etnicidade em Moçambique. (2008)

Sérgio Inácio Chichava

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/dp_2008/DP_01_ArtigoEtnicidade.pdf

Boletim IDEIAS

(Boletim que divulga resumos e conclusões de trabalhos de investigação)

Nº 134E: Did Frelimo create “Al Shabaab”? An analysis of the 15 October 2019 elections from Cabo Delgado (2020)

Sérgio Chichava

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/10/CadernosIESE-18-SC_eng.pdf

Nº 134P: As primeiras caras do “Al Shabaab” em Cabo Delgado: o caso de André Idrissa em Cogolo (2020)

Sérgio Chichava

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/09/ideias-134p_SC.pdf

Nº 133: Os imaginários dos ‘intermediários’ à volta da COVID-19 em Moçambique (2020)

Lúcio Posse e Egídio Chaimite

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/07/ideias_133-LPEC.pdf

Nº 132: COVID-19 e a “Sociedade de Risco”: uma reflexão a partir do contexto moçambicano (2020)

Lúcio Posse

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/05/ideias-132_LP.pdf

Nº131: Moçambique e a COVID-19: mecanismos externos de transmissão do seu impacto económico (2020)

Michael Sambo e Moisés Siúta

https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/05/ideias-131_MSMSi.pdf

Nº 130P: Face ao conflito no Norte, o que Moçambique pode aprender da sua própria guerra civil (1976-1992)? Uma análise das dinâmicas da insurgência em Cabo Delgado (2020)

Salvador Forquilha e João Pereira

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/05/ideias-130_SFJP.pdf

Nº 129: Os primeiros sinais do “Al Shabaab” em Cabo Delgado: algumas histórias de Macomia e Ancuabe (2020)

Sérgio Chichava

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/04/ideias-129_SC.pdf

Nº 128: Campanhas de prevenção da COVI – 19 em Moçambique: alguns desafios para o sector dos media (2020)

Crescêncio B. G. Pereira

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/04/ideias_128-CP.pdf

Nº 127E: Who is “the enemy” attacking Cabo Delgado? Short presentation of the hypotheses of the Mozambican Government (2020)

Sérgio Chichava

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/04/ideias-127e_SC.pdf

Nº 127P: Quem é o “inimigo” que ataca Cabo Delgado? Breve apresentação das hipóteses do governo moçambicano (2020)

Sérgio Chichava

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/04/ideias-127_SC.pdf

Nº 126: A economia de Moçambique e a COVID-19: reflexões à volta das recentes medidas de política monetária anunciadas pelo Banco de Moçambique (2020)

Yasfir Ibraimo e Carlos Muianga

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/04/ideias-126_YICM.pdf

Nº 125: O trabalho e a protecção social num contexto do Estado de Emergência em Moçambique (2020)

Ruth Castel-Branco

<http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/04/ideias-125-RC-B.pdf>

Nº 124: COVID-19 em Moçambique: dimensões e possíveis impactos (2020)

Moisés Siúta e Michael Sambo

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/04/Ideias-124_MSiMS.pdf

Nº 123 – Participação cidadã, corrupção e serviços: algumas notas a partir do município de Tete (2019)

Lúcio Posse

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/12/Ideias-123_LP.pdf

Nº 122 – A prevalência e concentração do investimento directo chinês em Moçambique: será que importa? (2019)

Michael Sambo

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/12/Ideias-122_MS.pdf

Nº 121E – Work in the agro-industry livelihoods and social reproduction in Mozambique: beyond job creation (2019)

Rosimina Ali and Sara Stevano

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/12/Ideias-121e_RA.pdf

Nº 120 – A hipótese do ciclo de vida do consumo e a poupança em Moçambique: porquê poupamos tão pouco? (2019)

Moisés Siúta

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/12/Ideias-120_MS.pdf

Nº 119 – Decisões de investimento para a exploração de gás e os limites do “realismo” sobre o “progresso dos moçambicanos” (2019)

Carlos Muianga

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/11/Ideias-119_CM.pdf

Nº 118 – Principais desafios da protecção social em Moçambique (2019)

Moisés Siúta

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/11/Ideias-118_MS.pdf

Nº 117E – Working in the Agro- Industry in Mozambique: can these jobs lift workers out of poverty? (2019)

Sara Stevano e Rosimina Ali

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/11/ideias-117_RA.pdf

Nº 116 - Conflito de terra e relações de poder ao nível da base no município de Lichinga 2014 – 2018 (2019)

Bernardino António

<http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/10/ideias-116-BA.pdf>

Nº 115E - If statistics don't lie, why are there those who dare to use them to manipulate elections? (2019)

António Francisco

<http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/07/ideias-115e-AF.pdf>

Nº 115P - Se a estatística não mente, porque há quem teime em usá-la para manipular o processo eleitoral? (2019)

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/07/ideias-115_af.pdf

Nº 114 - Elementos para um perfil dos abstencionistas nas eleições autárquicas de 2013 (2019)

Luís de Brito

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/06/ideias-114_LB.pdf

Nº 113E - Statistics don't lie, but there are those who use them to lie shamelessly: The Example of Electoral Estimates in Mozambique (2019)

António Francisco

<http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/06/ideias113e-AF.pdf>

Nº 113P - A Estatística não Mente, mas Há Quem a Use Para Mentir Sem Pudor: O Exemplo das Estimativas Eleitorais em Moçambique (2019)

António Francisco

<http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/06/ideias113p-AF.pdf>

Nº 112 - Desempenho eleitoral do MDM e seus dissidentes nas eleições autárquicas de 2013 e 2018 (2019)

Sérgio Chichava

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/05/ideias-112_SC.pdf

Nº 111 - Corrupção e suas implicações na governação local: o caso da autarquia de Lichinga (2014 – 2018) (2019)

Bernardino António

<http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/04/ideias-n-111-BA.pdf>

Nº 110 - MARROMEU: Falhanço Eleitoral numa Competição Política (2019)

Crescêncio B.G. Pereira

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/03/ideias-110_CP.pdf

Nº 109E - Four years of Nyusi's governance: Between growth and degeneration (2019)

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/04/ideias-109e_af.pdf

Nº 109P – Quatro anos de governação Nyusi: Entre crescimento e abastardamento (2019)

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/01/ideias_109-af.pdf

Nº 108 – A questão da terra e opções de transformação agrária e rural em Moçambique: algumas notas para debate (2018)

Carlos Muianga

<http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/10/ideias-108-cm.pdf>

Nº 107P – O Perigo da Armadilha da Desorçamentação em Moçambique (2018)

António Francisco

<http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/10/ideias-107-AF-part2.pdf>

Nº 107E – The danger of denying the trap of debudgetisation (2018)

António Francisco

<http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/10/ideias-107-AF-part-en.pdf>

Nº 106E – Debudgetisation in Mozambique: shortage of resources and of budgetary responsibility (2018)

António Francisco

<http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/10/ideias-106-AF-part1-en.pdf>

Nº 106P – Desorçamentação em Moçambique: Escassez de Recursos e de Responsabilidade Orçamental (2018)

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/ideias-106_af/

Nº 105 – O que explica o aumento do custo de vida em Moçambique? (2018)

Yasfir Ibraimo, Epifânia Langa, Carlos Muianga e Rosimina Ali

<http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/09/ideias-n105.pdf>

Nº 104 – Salário Mínimo e Custo de Vida em Moçambique (2018)

Carlos Muianga, Rosimina Ali, Yasfir Ibraimo e Epifânia Langa

<http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/09/ideias-104.pdf>

Nº 103P – Moçambique terá mais de 100 milhões de habitantes no 1º Centenário da sua Independência? (2018)

António Francisco

<http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/07/ideias-103-AF.pdf>

Nº 103E – Will Mozambique have more than 100 million inhabitants on the centenary of its independence? (2018)

António Francisco

<http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/08/ideias-103-AF-ingles.pdf>

Nº 102 – Informação sobre Mercados de Trabalho em Moçambique: Algumas lacunas metodológicas, implicações e desafios (2018)

Rosimina Ali

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/07/Ideias-102_RosiminaAli.pdf

Nº 101 Descentralização no Sector de Saúde em Moçambique: “Um processo sinuoso” (2018)

Lúcio Posse

<http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/05/Ideia-101-LPosse.pdf>

Nº 100 Para além do mercado comum: desenvolvimento industrial em contexto de integração económica regional em Moçambique (2018)

Epifânia Langa

<http://www.iese.ac.mz/ideias-100-elanga/>

Nº 99 Efeitos macroeconómicos da dívida pública externa e doméstica em Moçambique (2018)

Yasfir Ibraimo

<http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/04/Ideia99YIbraimo.pdf>

Nº 98 Primeira volta da eleição intercalar de Nampula: de novo, a abstenção “ganhou”! (2018)

Salvador Forquilha

<http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/02/ideias-98-SForquilha.pdf>

Nº 97 Haiyu Mozambique Mining Company: dinâmicas da intervenção chinesa nas areias pesadas de Angoche (2018)

Michael Sambo

<http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/02/IESE-ideias-97-MSambo.pdf>

Nº 96 A “Operação Lava Jato” Vista de Moçambique (2017)

Sérgio Chichava

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/07/ideias_96.pdf

Nº 95E Diversity of Economic Growth Strategies in the CPLP (2017)

António Francisco e Moisés Siúta

<http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/07/IDeIAS-95e-1.pdf>

Nº 95P Diversidade de Estratégias de Crescimento Económico na CPLP(2017)

António Francisco e Moisés Siúta

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/07/boletim-ideias_95p.pdf

Nº 94 Porquê Moçambique precisa da Descentralização? Alguns subsídios para o debate(2017)

Salvador Forquilha

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/06/IESE_Ideias94.pdf

Nº 93E The Hidden Face of the Mozambican State Budget: Are the cash balances fictitious? (2017)

António Francisco e Ivan Semedo

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/03/IESE_Ideias93e.pdf

Nº 93P A Face Oculta do Orçamento do Estado Moçambicano: Saldos de Caixa são fictícios? (2017)

António Francisco e Ivan Semedo

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/03/IESE_Ideias93.pdf

Nº 92 Administração eleitoral em Moçambique: reformas necessárias (2016)

Egídio Chaimite

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/10/IESE_IDeIAS92.pdf

Nº 91 De Novo a Questão dos Saldos Rolantes na Conta Geral do Estado (2016)

António Francisco e Ivan Semedo

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/09/IESE_IDeIAS91.pdf

Nº 90 Geração de emprego e condições sociais de trabalho nas plantações agro-industriais em Moçambique (2016)

Rosimina Ali e Carlos Muianga

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/06/IESE_Ideias90.pdf

Nº 89 Crónica de uma crise anunciada: dívida pública no contexto da economia extractiva (2016)

Carlos Castel-Branco e Fernanda Massarongo

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/06/IESE_Ideias89.pdf

Nº 88 Cenários, Opções Dilemas de Política face à Ruptura da Bolha Económica (2016)

Carlos Castel-Branco e Fernanda Massarongo

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/06/IESE_Ideias88.pdf

Nº 87 Rebatendo Mitos do Debate sobre a Dívida Pública em Moçambique (2016)

Carlos Castel-Branco e Fernanda Massarongo

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/06/IESE_Ideias87.pdf

Nº 86 A dívida secreta moçambicana: impacto sobre a estrutura da dívida e consequências económicas (2016)

Carlos Castel-Branco e Fernanda Massarongo

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/06/IESE_Ideias86.pdf

Nº 85 Introdução à problemática da dívida pública: contextualização e questões imediatas (2016)

Carlos Castel-Branco e Fernanda Massarongo

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/05/IESE_Ideias85.pdf

Nº 84 Recenseamento eleitoral em Moçambique: um processo sinuoso (2016)

Egídio Chaimite

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/04/IESE_Ideias84.pdf

Nº 83 Rever o sistema eleitoral (2016)

Luís de Brito

http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2016/04/IESE_Ideias83.pdf

Nº 82 Saldos Rolantes no Orçamento do Estado Moçambicano: Nyusi Encontrou Cofres Vazios? (2016)

António Franciso & Ivan Semedo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias82.pdf

Nº 82 Rolling Balances in the Mozambican State Budget: Did Nyusi Find the Coffers Empty? (2016)

António Franciso & Ivan Semedo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_IDeIAS82e.pdf

Nº 81 Moçambique: Um dos Piores Países para os Idosos. Porquê? (2015)

António Franciso & Gustavo Sugahara

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias81.pdf

Nº 80 Vulnerabilidade dos estratos urbanos pobres: caso da pobreza alimentar em Maputo. (2015)

Oksana Mandlate

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias80.pdf

Nº 77P Estratégias de crescimento económico e desenvolvimento na CPLP. (2015)

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias77p.pdf

Nº 77E Economic growth and development strategies in the CPLP. (2015)

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias77e.pdf

Nº 76 Dilemas das ligações produtivas entre empresas numa economia afunilada. (2015)

Carlos Nuno Castel-Branco, Oksana Mandlate, e Epifânia Langa

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias76.pdf

Nº 75 Padrões de investimento privado e tendências especulativas na economia moçambicana. (2015)

Carlos Nuno Castel-Branco, Nelsa Massingue e Carlos Muianga

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias75.pdf

Nº 74 Acumulação Especulativa e Sistema Financeiro em Moçambique. (2015)

Carlos Nuno Castel-Branco, Fernanda Massarongo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias74.pdf

Nº 73: Estado e a Capitalização do Capitalismo Doméstico em Moçambique. (2015)

Nº 71: Dívida pública, acumulação de capital e a emergência de uma bolha económica. (2015)

Carlos Nuno Castel-Branco, Fernanda Massaronga e Carlos Muianga

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias71.pdf

Nº 70: Autonomização local para quê? Questões económicas no debate sobre autonomia local. (2015)

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias70.pdf

Nº 69: Por que é que a emissão de obrigações do Tesouro não é a melhor alternativa para financiar o reembolso do IVA às empresas? (2015)

Fernanda Massaronga

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias69.pdf

Nº 68E: Mozambican Aggregate Consumption: Evolution and Strategic Relevance (2015)

António Francisco e Moisés Siúta

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias68e.pdf

Nº 68P: Consumo Agregado Moçambicano: Evolução e Relevância Estratégica. (2015)

António Francisco e Moisés Siúta

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_68.pdf

Nº 67: O Gigaprojecto que Poderá Transformar a Economia Moçambicana? Pró e Contra o Projecto de GNL Moçambique. (2014)

António Francisco e Moisés Siúta

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_67.pdf

Nº 66P: Reformas de descentralização e serviços públicos agrários em Moçambique: Porquê os desafios persistem? (2014)

Salvador Forquilha

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_66p.pdf

Nº 66E: Decentralisation reforms and agricultural public services in Mozambique: Why do the challenges persist? (2014)

Salvador Forquilha

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_66e.pdf

Nº 65P: Por Que Moçambique Ainda Não Possui Pensão Universal Para Idosos? (2014)

António Francisco e Gustavo Sugahara

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_65p.pdf

Nº 65E: Why Mozambique Still Does Not Have a Universal Pension For The Elderly? (2014)

António Francisco e Gustavo Sugahara

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_65e.pdf

Nº 64P: Poupança interna: Moçambique e os outros. (2014)

António Francisco e Moisés Siúta

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_64p.pdf

Nº 64E: Domestic savings: Mozambique and the others. (2014)

António Francisco and Moisés Siúta

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_64e.pdf

Nº 63P: Poupança interna moçambicana: 2000-2010, uma década inédita. (2014)

António Francisco e Moisés Siúta

http://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/ideias_63p.pdf

Nº 63E: Mozambican domestic savings: 2000-2010, an unprecedented decade. (2014)

António Francisco and Moisés Siúta

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_63e.pdf

Nº 62: Medias e campanhas eleitorais. (2014)

Crescêncio Pereira

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_62.pdf

Nº 61: Indignai-vos! (2014)

Egidio Chaimite

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_61.pdf

Nº 60: Ligações entre os grandes projectos de IDE e os fornecedores locais na agenda nacional de desenvolvimento. (2014)

Oksana Mandlate

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_60.pdf

Nº 59: A Política Macroeconómica e a Mobilização de Recursos para Financiamento do Investimento Privado em Moçambique. (2014)

Fernanda Massarongo e Rogério Ossemane

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_59.pdf

Nº 58: As “revoltas do pão” de 2008 e 2010 na imprensa. (2013)

Crescêncio Pereira, Egidio Chaimite, Lucio Posse e Michael Sambo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_58.pdf

Nº 57: Cheias em Chókwè: um exemplo de vulnerabilidade. (2013)

Crescêncio Pereira, Michael Sambo e Egidio Chaimite

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_57.pdf

Nº 56: Haverá Possibilidade de Ligação Entre Grupos de Poupança e Crédito Cumulativo Informais e Instituições Financeiras Formais? (2013)

Fernanda Massarongo, Nelsa Massingue, Rosimina Ali, Yasfir Ibraimo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_56.pdf

Nº 55: Ligações com mega projectos: oportunidades limitadas a determinados grupos. (2013)

Epifania Langa

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_55.pdf

Nº 54P: Viver mais para viver pior? (2013)

Gustavo Sugahara, António Francisco, Peter Fisker

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_54e.pdf

Nº 54E: Is living longer living better? (2013)

Gustavo Sugahara, António Francisco, Peter Fisker

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_54p.pdf

Nº 53: Fukushima, ProSAVANA e Ruth First: Análise de “Mitos por trás do ProSAVANA” de Natália Fingermann (3). (2013)

Sayaka Funada-Classen

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_53.pdf

Nº 52: Fukushima, ProSAVANA e Ruth First: Análise de “Mitos por trás do ProSAVANA” de Natália Fingermann (2). (2013)

Sayaka Funada-Classen

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_52.pdf

Nº 51: Fukushima, ProSAVANA e Ruth First: Análise de “Mitos por trás do ProSAVANA” de Natália Fingermann. (2013)

Sayaka Funada-Classen

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_51.pdf

Nº 50: Uma reflexão sobre o calendário e o recenseamento eleitoral para as eleições autárquicas de 2013. (2013)

Domingos M. Do Rosário

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_50.pdf

Nº 49: Os mitos por trás do PROSAVANA. (2013)

Natália N. Fingermann

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_49.pdf

Nº 48P: Sobre resultados eleitorais e dinâmica eleitoral em Sofala. (2013)

Marc de Tollenaere

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_48p.pdf

Nº 48E: Analysing elections results and electoral dynamics in Sofala. (2013)

Marc de Tollenaere

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_48e.pdf

Nº 47: Moçambique: Entre Estagnação e Crescimento. (2012)

António Alberto da Silva Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_47.pdf

Nº 46P: Desafios da Duplicação da População Idosa em Moçambique. (2012)

António Francisco & Gustavo Sugahara

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_46p.pdf

Nº 46E: The Doubling Elderly: Challenges of Mozambique's Ageing Population. (2012)

António Francisco & Gustavo Sugahara

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_46e.pdf

Nº 45: Moçambique e a Explosão Demográfica”: Somos Muitos? Somos Poucos? (2012)

António Alberto da Silva Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_45.pdf

Nº 44: Taxas Directoras e Produção Doméstica. (2012)

Sófia Armacy

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_44.pdf

Nº 43E: MEITI – Analysis of the Legal Obstacles, Transparency of the Fiscal Regime and Full Accession to EITI. (2012)

Rogério Ossemane

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_43E.pdf

Nº 43P: ITIEM—Análise dos Obstáculos legais, Transparência do Regime Fiscal e Completa Adesão à ITIE. (2012)

Rogério Ossemane

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_43p.pdf

Nº 42E: Analysis of the Reconciliation Exercise in the Second Report of EITI in Mozambique. (2012)

Rogério Ossemane

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_42e.pdf

Nº 42P: Análise ao Exercício de Reconciliação do Segundo Relatório da ITIE em Moçambique. (2012)

Rogério Ossemane

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_42p.pdf

Nº 41: Estado e Informalidade: Como Evitar a “Tragédia dos Comuns” em Maputo? (2012)

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_41.pdf

Nº 40: “Moçambique no Índice de Desenvolvimento Humano”: Comentários. (2011)

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_40.pdf

Nº 39: Investimento directo chinês em 2010 em Moçambique: impacto e tendências. (2011)

Sérgio Inácio Chichava

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_39.pdf

Nº 38: Comissão Nacional de Eleições: uma reforma necessária. (2011)

Luís de Brito

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_37.pdf

Nº 37P: Envelhecimento Populacional em Moçambique: Ameaça ou Oportunidade? (2011)

António Alberto da Silva Francisco, Gustavo T.L. Sugahara

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_37p.pdf

Nº 37E: Population Ageing in Mozambique: Threat or Opportunity. (2011)

António Alberto da Silva Francisco, Gustavo T.L. Sugahara

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_36e.pdf

Nº 36: A Problemática da Protecção Social e da Epidemia do HIV-SIDA no Livro Desafios para Moçambique 2011. (2011)

António Alberto da Silva Francisco, Rosimina Ali

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_36.pdf

Nº 35P: Será que Crescimento Económico é Sempre Redutor da Pobreza? Reflexões sobre a experiência de Moçambique. (2011)

Marc Wuyts

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_35P.pdf

Nº 35E: Does Economic Growth always Reduce Poverty? Reflections on the Mozambican Experience. (2011)

Marc Wuyts

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_35E.pdf

Nº 34: Pauperização Rural em Moçambique na 1ª Década do Século XXI. (2011)

António Francisco e Simão Muhorro

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_34.pdf

Nº 33: Em que Fase da Transição Demográfica está Moçambique? (2011)

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_33.pdf

Nº 32: Protecção Social Financeira e Protecção Social Demográfica: Ter muitos filhos, principal forma de protecção social em Moçambique? (2010)

António Francisco, Rosimina Ali e Yasfir Ibraimo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_32.pdf

Nº 31: Pobreza em Moçambique põe governo e seus parceiros entre a espada e a parede. (2010)

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_31.pdf

Nº 30: A dívida pública interna mobiliária em Moçambique: alternativa ao financiamento do défice orçamental? (2010)

Fernanda Massarongo

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_30.pdf

Nº 29: Reflexões sobre a relação entre infra-estruturas e desenvolvimento. (2010)

Carlos Uilson Muianga

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_29.pdf

Nº 28: Crescimento demográfico em Moçambique: passado, presente...que futuro? (2010)

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_28.pdf

Nº 27: Sociedade civil e monitoria do orçamento público. (2009)

Paolo de Renzio

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_27.pdf

Nº 26: A Relatividade da Pobreza Absoluta e Segurança Social em Moçambique. (2009)

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_26.pdf

Nº 25: Quão Fiável é a Análise de Sustentabilidade da Dívida Externa de Moçambique? Uma Análise Crítica dos Indicadores de Sustentabilidade da Dívida Externa de Moçambique. (2009)

Rogério Ossemame

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_25.pdf

Nº 24: Sociedade Civil em Moçambique e no Mundo. (2009)

António Francisco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_24.pdf

Nº 23: Acumulação de Reservas Cambiais e Possíveis Custos derivados - Cenário em Moçambique. (2009)

Sofia Amarcy

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_23.pdf

Nº 22: Uma Análise Preliminar das Eleições de 2009. (2009)

Luis de Brito

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_22.pdf

Nº 21: Pequenos Provedores de Serviços e Remoção de Resíduos Sólidos em Maputo. (2009)

Jeremy Grest

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_21.pdf

Nº 20: Sobre a Transparência Eleitoral. (2009)

Luis de Brito

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_20.pdf

Nº 19: “O inimigo é o modelo”! Breve leitura do discurso político da Renamo. (2009)

Sérgio Chichava

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_19.pdf

Nº 18: Reflexões sobre Parcerias Público-Privadas no Financiamento de Governos Locais. (2009)

Eduardo Jossias Nguenha

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_18.pdf

Nº 17: Estratégias individuais de sobrevivência de mendigos na cidade de Maputo: Engenhosidade ou perpetuação da pobreza? (2009)

Emílio Dava

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_17.pdf

Nº 16: A Primeira Reforma Fiscal Autárquica em Moçambique. (2009)

Eduardo Jossias Nguenha

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_16.pdf

Nº 15: Protecção Social no Contexto da Bazarconomia de Moçambique. (2009)

António Francisco

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_15.pdf

Nº 14: A Terra, o Desenvolvimento Comunitário e os Projectos de Exploração Mineira. (2009)

Virgílio Cambaza

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_14.pdf

Nº 13: Moçambique: de uma economia de serviços a uma economia de renda. (2009)

Luís de Brito

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_13.pdf

Nº 12: Armando Guebuza e a pobreza em Moçambique. (2009)

Sérgio Inácio Chichava

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_12.pdf

Nº 11: Recursos Naturais, Meio Ambiente e Crescimento Sustentável. (2009)

Carlos Nuno Castel-Branco

http://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/Ideias_11.pdf

Nº 10: Indústrias de Recursos Naturais e Desenvolvimento: Alguns Comentários. (2009)

Carlos Nuno Castel-Branco

https://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/Ideias_10.pdf

Nº 9: Informação Estatística na Investigação: Contribuição da investigação e organizações de investigação para a produção estatística. (2009)

Rosimina Ali, Rogério Ossemane e Nelsa Massingue

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_9.pdf

Nº 8: Sobre os Votos Nulos. (2009)

Luís de Brito

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_8.pdf

Nº 7: Informação Estatística na Investigação: Qualidade e Metodologia. (2008)

Nelsa Massingue, Rosimina Ali e Rogério Ossemane

https://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/Ideias_7.pdf

Nº 6: Sem Surpresas: Abstenção Continua Maior Força Política na Reserva em Moçambique...Até Quando? (2008)

António Francisco

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/Ideias_6.pdf

Nº 5: Beira - O fim da Renamo? (2008)

Luís de Brito

https://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/ldeias_5.pdf

Nº 4: Informação Estatística Oficial em Moçambique: O Acesso à Informação. (2008)

Rogério Ossemane, Nelsa Massingue e Rosimina Ali

https://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/ldeias_4.pdf

Nº 3: Orçamento Participativo: um instrumento da democracia participativa. (2008)

Sérgio Inácio Chichava

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ldeias_3.pdf

Nº 2: Uma Nota sobre o Recenseamento Eleitoral. (2008)

Luís de Brito

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ldeias_2.pdf

Nº 1: Conceptualização e Mapeamento da Pobreza. (2008)

António Francisco e Rosimina Ali

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ldeias_1.pdf

Relatórios de Investigação

Crónicas de uma eleição falhada. (2016)

Luís de Brito (ed.)

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/IESE_RR1.pdf

Murrupula: um distrito abstencionista (2016)

Egídio Chaimite e Salvador Forquilha

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/IESE_RR2.pdf

Afinal nem todos votam em Manjacaze (2016)

Egídio Chaimite e Salvador Forquilha

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/IESE_RR3.pdf

Beira – Clivagens Partidárias e Abstenção Eleitoral (2017)

Salvador Forquilha

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/02/IESE-Relatorio-4-WEB.pdf>

2014 – Um inquérito sobre a abstenção (2016)

Luís de Brito

<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/02/IESE-Relatorio-5-WEB.pdf>

Moçambique: Avaliação independente do desempenho dos PAP em 2009 e tendências de desempenho no período 2004-2009. (2010)

Carlos Nuno Castel-Branco, Rogério Ossemame e Sofia Amarcy

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/2010/PAP_2009_v1.pdf

Current situation of Mozambican private sector development programs and implications for Japan's economic cooperation – case study of Nampula province. (2010)

Carlos Nuno Castel-Branco, Nelsa Massingue and Rogério Ossemame

http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/Relatorio_Japao_final.pdf

Mozambique Independent Review of PAF's Performance in 2008 and Trends in PAP's Performance over the Period 2004-2008. (2009)

Carlos Nuno Castel-Branco, Rogério Ossemame, Nelsa Massingue and Rosimina Ali.

https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/PAPs_2008_eng.pdf (também disponível em língua Portuguesa no link http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/PAPs_2008_port.pdf).

Mozambique Programme Aid Partners Performance Review 2007. (2008)

Carlos Nuno Castel-Branco, Carlos Vicente and Nelsa Massingue

https://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/PAPs_PAF_2007.pdf

IESE é uma organização moçambicana independente e sem fins lucrativos, que realiza e promove investigação científica interdisciplinar sobre problemáticas do desenvolvimento social e económico em Moçambique e na África Austral.

Tematicamente, a actividade científica do IESE contribui para a análise da política pública e social e da governação, com enfoque nas problemáticas de pobreza, política e planeamento público, cidadania, participação política, governação e contexto internacional do desenvolvimento em Moçambique.

